

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO  
CURSO DE HISTÓRIA**

**LUCIANA DE LIMA XAVIER NUNES**

**HISTÓRIA PÚBLICA:  
um caminho para o desenvolvimento sustentável do turismo ambiental e histórico  
no interior da Bahia**

**São Leopoldo  
2023**

LUCIANA DE LIMA XAVIER NUNES

**HISTÓRIA PÚBLICA:  
um caminho para o desenvolvimento sustentável do turismo ambiental e histórico  
no interior da Bahia**

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito para a obtenção do grau de bacharel em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maíra Ines Vendrame

São Leopoldo  
2023

## AGRADECIMENTOS

Esta monografia encerra um ciclo iniciado em 2020, quando, aos 50 anos, resolvi, enfim, realizar o meu sonho de fazer um curso universitário de História. Este sonho vem de menina, quando fui aluna da minha mãe, a professora de História mais espetacular que conheci. Admirava o seu jeito criativo e instigante de envolver os alunos e falar de política, economia, cultura e, principalmente, da vivência dos povos de cada Continente. Achava-a a mulher mais inteligente e envolvente do mundo e queria ser uma professora como ela. À minha mãe portanto, vai o meu primeiro agradecimento. Em seguida, ou em paralelo, vem o meu pai, um homem inquieto, culto e que sempre incentivou os seus filhos a lerem, questionarem e buscarem ser agentes de um mundo melhor. Aos dois também agradeço o aprendizado de que há mais realizações boas do que más na história mundial. Se nos parece o contrário, é porque o mal faz estardalhaço, enquanto o bem é silencioso. E esse ensinamento se perpetuou porque tive a sorte de ser aluna de excelentes professores, entre eles Luiz Fernando Medeiros, que de forma contundente, segura e brilhante nos ensinou sobre História Medieval, seus conflitos e processos de paz; à Eliane Fleck, que nos mostrou com sensibilidade e maestria os processos de guerra e paz no Brasil (e como identificava o carinho e a competência da minha mãe na professora Eliane); ao Paulo Moreira, que, com um conhecimento profundo, nos falou dos horrores da diáspora africana, mas também sobre a paz; e à Maíra Vendrame, que mostrou a luta de mulheres que, embora vítimas de opressão em vários momentos da história, alçaram importantes feitos, muitas vezes silenciosamente. A ela agradeço, ainda, por me instigar e orientar no percurso da História Pública, onde encontrei uma ponte entre a minha formação anterior e a atual, numa profícua sintonia.

Agradeço à juventude que me incentivou e divertiu no caminho acadêmico, em especial aos meus filhos Beatriz e Gabriel, universitários como eu; à Natalia Sitinievski, uma imensa parceira nessa caminhada, e, em nome dela, aos meus colegas. Apesar de haver três décadas entre nós, esses jovens foram fundamentais nesses quatro anos; com eles troquei ideias, debati muitos temas, discuti visões do mundo acadêmico, da História e da vida, aprendi e me diverti muito. Como é rico conviver e interagir com a juventude.

Por fim, deixo aqui o meu maior agradecimento: ao amor, esse sentimento que me nutriu, incentivou e deu segurança para seguir essa caminhada às vezes tão difícil e desafiadora. Com a companhia e a cumplicidade do amor, tudo sempre vale a pena.

## RESUMO

Esta monografia reflete a busca por uma conexão entre minhas duas formações anteriores: Comunicação e Marketing, e atual trajetória acadêmica na História. A experiência no mercado publicitário, de gestão em empresas de diferentes portes e a atuação como consultora nacional e internacional, moldaram meu caminho profissional. No entanto, a crescente inquietude me levou a procurar uma abordagem mais humanista e sustentável, e encontrei na História Pública - que se estende além das fronteiras acadêmicas, impactando a sociedade de várias maneiras - este ancoramento. A decisão de cursar História não foi por acaso. Surgiu da necessidade de fundamentar teoricamente a nova visão de mundo e escolha profissional, especialmente no que diz respeito às relações entre história, memória e historiografia. A conscientização acerca de práticas mais sustentáveis na gestão, como o ESG (*Environmental, Social and Governance*), juntamente com a crescente demanda das novas gerações por propósitos de vida e consumo consciente, motivou a adesão ao humanismo e à sustentabilidade empresarial. Um dos projetos da consultoria, o “Bahia Viaja na Bahia”, que encontra na História Pública a ponte para este novo caminho de gestão, é o motor propulsor desta monografia. Este trabalho pretende contribuir para a ampliação das discussões sobre a aplicação da História Pública em novos contextos, lançando as bases para a construção de projetos mais inclusivos, éticos e socialmente responsáveis. Ao refletir sobre a História Pública como uma ferramenta fundamental para a gestão humanista e sustentável, espero inaugurar um caminho no setor da consultoria empresarial e contribuir para um novo espaço, além da Academia, para os/s historiadores/as.

**Palavras-Chave:** História Pública, Gestão Humanista, Bahia, Turismo, ESG.

## **ABSTRACT**

This monograph reflects the search for a connection between my two previous formations: Communication and Marketing, and my current academic trajectory in History. Experience in the advertising market, management in companies of different sizes, and work as a national and international consultant have shaped my professional path. However, growing restlessness led me to seek a more humanistic and sustainable approach, and I found in Public History - which extends beyond academic boundaries, impacting society in various ways - this anchoring. The decision to study History was not by chance. It arose from the need to theoretically ground the new worldview and professional choice, especially regarding the relationships between history, memory, and historiography. Awareness of more sustainable management practices, such as ESG (Environmental, Social, and Governance), along with the growing demand of new generations for life purposes and conscious consumption, motivated the adherence to humanism and corporate sustainability. One of the consultancy projects, “Bahia Viaja na Bahia”, which sees Public History as the bridge to this new management path, propels this monograph. This work aims to contribute to expanding discussions on the application of Public History in new contexts, laying the foundations for more inclusive, ethical, and socially responsible projects. By reflecting on Public History as a fundamental tool for humanistic and sustainable management, I hope to pave the way in the business consulting sector and contribute to a new space, beyond academia, for historians.

**Keywords:** Public History, Humanistic Management, Bahia, Tourism, ESG

## LISTA DE IMAGENS

Imagens 1 e 2	Cozinha show e grupo folclórico.....	28
Imagens 3 e 4	Exposição e venda de vinhos e charutos.....	29
Imagens 5 e 6	Exposição e venda de produtos da agricultura família baiana.....	29
Imagem 7	Show de artista baiano.....	30
Imagens 8 e 9	Shows folclóricos.....	30
Imagens 10 e 11	Presença de renomados artesãos e artistas baianos e suas obras.....	31

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. O NOVO MUNDO DA GESTÃO: CONCEITOS COMO ANTROPOCENO E CAPITALOCENO E POSICIONAMENTOS MODERNOS, COMO ESG, IMPULSIONAM A MUDANÇA.....	20
3. PROJETO “BAHIA VIAJA NA BAHIA”: O CONCEITO, A TEORIA E A PERSPECTIVA DE UMA NOVA PRÁTICA.....	26
4. A HISTÓRIA PÚBLICA E PROJETOS URBANOS .....	35
4.1. A academia dialoga com o público das cidades.....	39
5. SEGUNDA EDIÇÃO DO “BAHIA VIAJA NA BAHIA”: UM PROJETO SUSTENTÁVEL ANCORADO NA HISTÓRIA PÚBLICA.....	42
5.1. A história pública como vetor de união da História com os <i>stakeholder</i> do “Bahia Viaja na Bahia”.....	48
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
7. BIBLIOGRAFIA.....	53

## 1. INTRODUÇÃO

A presente monografia, apresentada como produto de conclusão da minha licenciatura em História, sintetiza o percurso em busca de uma união entre as duas formações que tive - curso universitário em Comunicação e MBA em Marketing - e a atual trajetória acadêmica.

Com muitos anos de experiência no mercado publicitário e de gestão, ocupando cargos em agências de publicidade na Bahia e em São Paulo, também diretoria de marketing em empresas de médio e grande portes no Rio Grande do Sul, e, posteriormente, consultora de gestão com atuação nacional e internacional, onde reside atualmente a minha atividade, resolvi que era hora de ampliar os horizontes. Iniciei o curso de História, que era um sonho que acompanhou o meu percurso juvenil e adulto. Esta decisão, porém, não foi casual, ela adveio de uma inquietude crescente que tem norteado a minha vida pessoal e profissional me fazendo mudar de campo de atuação e buscar conceitos e práticas com cunho mais humanista e sustentável. Ao adentrar nesse cenário, percebi que a atuação mercadológica que eu ocupava precisava de mais do que apenas coragem na mudança de rumo, necessitava de conhecimento. O curso de História se apresentou como este catalizador de descobertas teóricas e experimentos práticos para embasar a minha nova visão de mundo e escolha profissional, perpassado pela problemática teórica das relações entre história, memória e historiografia nas representações do passado e na ponte para o futuro.

Com o desenrolar do curso, muitos questionamentos foram surgindo: seria possível, afinal, levar a História para os meandros da gestão? Se a resposta a este questionamento fosse positiva, de que forma isso poderia ser feito? Qual caminho, quais estratégias seriam factíveis ao unir os ofícios da historiadora ao de executiva de Mercado? Qual campo da História poderia propiciar bases para este tipo de iniciativa? Enquanto esses questionamentos estavam em minha mente e eu os alimentava nos corredores da universidade, o meu trajeto profissional ia se adaptando a conceitos humanistas de gestão como ESG - *environmental, social and governance*<sup>1</sup>, que corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma corporação moderna. Ao ter acesso ao ESG, percebi que se abria um caminho para nortear os meus processos, uma vez que as novas

---

<sup>1</sup> ESG é um conjunto de padrões e boas práticas que determinam a implantação de uma gestão empresarial socialmente consciente, sustentável e com governança ética e responsável. Trata-se de uma forma de medir o desempenho de sustentabilidade de uma organização.

roupagens empresariais, ampliadas pelas lições de um mundo pandêmico, pediam posturas mais comprometidas com o bem-estar social e ecológico. Mostrava, também, caminhos para atender a demanda das novas gerações que chegavam ao mercado de trabalho e de consumo com um perfil muito mais exigente e comprometido com propósitos de vida e de consumo. O fato é que o humanismo e a sustentabilidade empresarial nunca estiveram tão em alta e a eles aderi com uma forte sensação de pertencimento. Muitos desses conceitos de gestão consciente que estão em pauta não estão isentos de crítica. No conceito ESG, por exemplo, embora a intenção seja incentivar práticas responsáveis, alguns estudiosos argumentam que as suas métricas podem ser suscetíveis a *greenwashing*<sup>2</sup>, permitindo que empresas adotem uma fachada sustentável sem efetivamente transformar suas operações. Além disso, a padronização e avaliação das práticas ESG apresentam desafios, pois diferentes setores e regiões têm realidades distintas. Há preocupações de que a ênfase em métricas quantificáveis possa desconsiderar questões éticas e sociais mais amplas, destacando a necessidade contínua de aprimoramento e refinamento no desenvolvimento e aplicação desses critérios. Porém, é importante ressaltar que a própria discussão acerca de práticas de gestão mais humanistas já se mostra um novo propósito na governança.

Comecei a voltar o olhar para este universo nas minhas pesquisas nacionais e internacionais de comportamento em relação ao consumo. Fora do Brasil, em cidades como Berlim, entre tantas outras, via o nascer de processos econômicos e de gestão mais inclusivos, como a economia compartilhada, também conhecida como economia colaborativa, que é um modelo econômico baseado no compartilhamento de recursos, bens e serviços entre indivíduos ou empresas. Nesse modelo, os ativos ociosos são aproveitados e compartilhados por meio de plataformas digitais, permitindo que as pessoas obtenham acesso a produtos e serviços sem necessariamente possuí-los. Se o meu primeiro contato com este universo foi fora do Brasil, hoje conhecemos aqui vários exemplos de empresas que operam na economia compartilhada, como Airbnb, uma plataforma que permite que as pessoas aluguem seus imóveis ou quartos para viajantes em busca de acomodações temporárias; BlaBlaCar - outra plataforma de compartilhamento, dessa vez de caronas em que motoristas que estão planejando viagens

---

<sup>2</sup> Greenwashing, que pode ser traduzido como “lavagem verde” ou até mesmo como “maquiagem verde” pelo sentido que carrega, é a prática de camuflar, mentir ou omitir informações sobre os reais impactos das atividades de uma empresa no meio ambiente.

podem oferecer assentos disponíveis em seus veículos a passageiros que compartilham o mesmo trajeto; além de Uber, Zipcar, TaskRabbit, Nubank, entre tantas outras.

Na introdução do seu livro “Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise”, Manuel Castells<sup>3</sup> afirma que:

Várias práticas econômicas surgiram em toda a Europa e nos Estados Unidos, encarnando valores alternativos: o valor da vida acima do valor do dinheiro; a efetividade da cooperação acima da competição implacável; a responsabilidade social das empresas e a regulação responsável por parte dos governos acima das estratégias financeiras de curto prazo, impulsionadas pela cobiça e não pelo lucro a longo prazo, que levou a economia como um todo à beira da catástrofe. Da Espanha à Grécia, dos Estados Unidos à Austrália e a muitos países para além da nossa observação direta, vimos florescer múltiplas experiências de inovação na organização do trabalho e da vida: cooperativas, redes de escambo, atividade bancária ética, moedas comunitárias, bancos de tempo, meios de pagamento alternativo etc., práticas que pavimentaram o caminho para uma economia compartilhada em rápido desenvolvimento em todos os domínios de atividades orientadas para a satisfação das necessidades humanas. (CASTELLS, 2019, p. 12)

Se, por um lado, vi nascer fora do Brasil uma economia mais saudável, com o compartilhamento dos lucros e uma proposta de usufruto ao invés da posse, ampliando processos sustentáveis, aqui no país, em cidades muitas vezes pequenas dos vinte e seis Estados que percorri e mais o Distrito Federal, vi muitas iniciativas sustentáveis sendo implantadas, e isso mudou completamente a perspectiva sobre o meu trabalho. Na essência, eu buscava uma jornada de transformação dos negócios em que atuava, através de conceitos como Gestão Humanista, Gestão Sustentável e afins; queria estar envolvida na co-construção de um mundo mais inclusivo, ético e ambientalmente responsável, que buscasse a sustentabilidade no âmbito corporativo, pessoal e cidadão, com foco na qualidade de vida de todos os envolvidos.

Voltando à faculdade de História, muitos elementos da historiografia e discussões sobre campos ou subespecialidades da História foram ampliando o meu olhar. Perpassei pela Nova História Cultural, Micro-história, História das Mentalidades, História Oral etc. Porém, foram nas ideias defendidas pela História Pública que me encontrei.

---

<sup>3</sup> Doutor em sociologia pela Universidade de Paris, é professor nas áreas de sociologia, comunicação e planejamento urbano e regional e pesquisador dos efeitos da informação sobre a economia, a cultura e a sociedade em geral. Principal analista da era da informação e das sociedades conectadas em rede, sua obra virou referência obrigatória na discussão das transformações sociais do final do século XX.

A atuação do historiador para além dos limites acadêmicos não é uma novidade, como se faz parecer. Bruno Leal Pastor de Carvalho<sup>4</sup> aponta que:

Leopold von Ranke, um dos principais nomes da história no século XIX, foi o historiógrafo real da corte prussiana e membro do Conselho Prussiano (Bentivoglio, 2010, pp.136-137). Jacob Burckhardt, neste mesmo século, foi editor do *Basler Zeitung*, um importante jornal conservador local especializado na cobertura de conflitos políticos na região da Basileia (Oliveira, 2006, p.68). Durante a Segunda Guerra Mundial, o Office of Strategic Services (OSS) contratou diversos historiadores como consultores, sendo que um deles, Walter L. Dorn, especialista em história prussiana, tornou-se conselheiro do governo militar americano na Alemanha ocupada (Gimbel, 1968, p.37). Reconhecendo o quanto antiga é a atuação do historiador para além do gabinete de escritório, Graeme Davison afirmou: “História Pública é o novo nome para a mais velha de todas as histórias” (Davison, 1991, p.4).

Embora, em teoria, a História Pública já permeasse outros cenários além das suas fronteiras acadêmicas, foi no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, que surgiram ideias e projetos nesse campo de estudos assim denominado, sendo o pioneirismo atribuído aos ingleses. A partir de 1967, no Ruskin College, em Oxford, Inglaterra, Raphael Samuel<sup>5</sup> organizou uma série de oficinas e seminários destinados a vários públicos - acadêmicos ou não. O sucesso da iniciativa de Samuel deu origem, em 1976, à revista *History Workshop Journal*, que influenciou toda uma geração de historiadores públicos.

No continente americano, foram os Estados Unidos os maiores produtores deste campo historiográfico fora da sua área primária de atuação; isto se deu, principalmente, por uma séria crise de desemprego no campo da História, impactada por um número decrescente de matrículas nas Academias, cortes de pessoal e precarização das condições de trabalho (como o declínio do número de vagas com oferta de estabilidade profissional, o chamado *tenure*, aos docentes). Esta crise impulsionou o professor Richard Kelly, da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, a usar o termo “História Pública” para se referir à atuação dos historiadores fora do meio universitário, como um foco muito específico em uma nova empregabilidade. Ele também fundou a revista *The Public Historian*, em 1976, uma das maiores publicações acerca de História Pública, ainda hoje bastante respeitada mundialmente. Já na edição inaugural, Kelly definiu *Public History*

---

<sup>4</sup> Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016. 36

<sup>5</sup> Historiador Marxista britânico, descrito por Stuart Hall como "um dos mais notáveis e originais intelectuais de sua geração". Foi professor de história na Universidade de East London, e também no Ruskin College, no período de 1962 até a sua morte (1996)

como “o trabalho de historiadores e do método histórico fora da academia: no governo, nas empresas privadas, nos meios de comunicação, nas sociedades históricas, museus e até mesmo em espaços particulares” (KELLY, 1976, p. 1).

Nas décadas seguintes, a História Pública ganhou notoriedade em boa parte do mundo. A Austrália, por exemplo, foi palco de dois importantes acontecimentos: em 1992, a Associação de Historiadores Profissionais cria a revista *Public History Review*; e em 1998, nasce o *Australian Center for Public History*, com o compromisso de “promover a prática e a compreensão da História Pública tanto na academia como no meio comunitário”. Em 2012, dá-se a criação da Federação Internacional de História Pública, por um grupo de acadêmicos e profissionais europeus, fomentando uma proliferação de eventos, publicações e programas de cooperação internacional para discutir os distintos entendimentos sobre o tema que, longe de estar apaziguado, comporta conflitos e dissensos intelectuais e institucionais, ao tempo em que provoca nos historiadores a necessidade de uma revisita aos seus processos reflexivos do passado e às suas práticas de trabalho correntes, com o intuito de descortinar a dimensão pública para este campo.

Na América Latina, Jairo Antonio Melo Flórez afirma, em 2014, no seu artigo *Conocimiento histórico en clave digital*, que a História Pública era um caminho impulsionador de novas formas de aplicar os conhecimentos do historiador, embora ainda não reconhecido pela academia:

Na América Latina, a história pública se bem que seja praticada por muitos historiadores, não é um campo reconhecido pela academia, ou pelo menos isso se evidencia pela completa ausência de programas acadêmicos. Na atualidade é o Brasil que vem avançando em um processo de discussão e difusão da história pública que busca antes de tudo consolidar diversos núcleos em torno do tema no país, impulsionados principalmente pela Rede Brasileira de História Pública fundada em 2012. (FLÓREZ, 2014, p.76)<sup>6</sup>

Flórez não leva em consideração, porém, que em 2011, a USP - Universidade de São Paulo – através do professor Ricardo Santhiago, com o apoio do Núcleo de Estudos

---

<sup>6</sup> En América Latina la historia pública si bien es practicada por muchos historiadores, no es un campo reconocido por la academia, o por lo menos eso evidencia su completa ausencia de los programas académicos. (...). Em la actualidad es Brasil quien viene avanzando en un proceso de discusión y difusión de la historia pública que busca ante todo consolidar diversos núcleos em torno al tema em dicho país, impulsionados principalmente por la Rede brasileira de História Pública fundada em 2012.

em História da Cultura Intelectual, então coordenado por Sara Albieri, lançou o “Curso de Introdução à História Pública”, tendo 120 inscritos e outras 109 pessoas na lista de espera. O curso, como explicado por Santhiago, tem a seguinte configuração:

Composto por oito “master classes”, seu currículo centrava-se essencialmente em questões práticas: como fazer memória empresarial, como publicar história oral, como unir história e audiovisual, quais os princípios básicos para o trabalho em arquivo, como promover produções históricas por meio da divulgação científica e da assessoria de imprensa na área de história, como transformar uma pesquisa acadêmica em um programa de rádio ou podcasts. Seu direcionamento era claro: buscava-se semear uma ideia de história pública voltada à incorporação do historiador no mercado de trabalho e à inserção da história na cultura das mídias. Com isso, privilegiava-se uma vertente de história pública, entre outras: uma história feita para o público, que focaliza a ampliação das audiências (SANTHIAGO, 2016, p.26)

Antes da criação da RBHP (Rede Brasileira de História Pública), citada por Flórez, outro acontecimento importante no campo brasileiro foi o lançamento do livro “Introdução à História Pública”, em 2011, organizado por Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Rovai. Em 2012, além da RBHP, houve o “1º Simpósio Internacional de História Pública: a história e seus públicos”, realizado também na USP. Em 2014, o “2º Simpósio Internacional de História Pública”, realizado na Universidade Federal Fluminense, que acabou por originar a produção de mais um livro sobre o assunto: “História Pública no Brasil – Sentidos e Itinerários”, organizado por Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago, em 2016.

A denominação norte-americana de História Pública é a atuação do historiador fora da universidade, em lugares públicos ou privados que abarcam a necessidade histórica de preservação da memória, como arquivos e museus, em projetos de História da comunidade e veículos de comunicação, entre outros. Este campo de atuação se expande, ainda, através de curadorias e consultorias. Os autores ingleses têm outra narrativa e posicionamento em relação à História Pública: como uma forma de repensar e atuar através de representações públicas do passado, dando a ela um verniz político. No Brasil, o caminho mais consistente trilhado pela História Pública corrobora a teoria americana de inserção do historiador em outros mercados de trabalho.

O conceito de representação inglês aliado ao caminho mercadológico americano/brasileiro, forma uma equação orgânica que pode alicerçar política, social e comercialmente os novos caminhos de atuação na minha área, a de gestão, buscando atualmente um embasamento em pilares de humanismo e sustentabilidade. Enxergo essa junção de temática conceitual acerca da História Pública como um excelente suporte

teórico para me fazer enxergar com mais propriedade esses novos caminhos da minha profissão e, conseqüentemente, poder usá-los no meu campo de atuação que também tem passado por mudanças profundas. Me apropriar da História Pública é uma oportunidade para trilhar novos caminhos, como apontam Almeida e Rovai

A história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise. Nesse sentido, a história pública pode ser definida como um ato de “abrir portas e não de construir muros”, nas palavras de Benjamin Filene. (ALMEIDA & ROVAI, 2011, p.7)

Este conceito de abertura de portas ao invés da construção de muros bloqueadores de processos, é um dos pontos que me chamam a atenção na História Pública. Ancorada neste conceito, posso enxergar com mais nitidez e propriedade as mudanças de rumo no campo da gestão.

Em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, sediada em Estocolmo, reconheceu-se o relacionamento entre os conceitos de conservação ambiental e desenvolvimento industrial. Foram discutidos por uma equipe multidisciplinar os efeitos causados pela falta de estudo e planejamento na utilização de recursos naturais e se estabeleceram critérios claros de "poluição, pobreza e ecodesenvolvimento". O documento Clube de Roma<sup>7</sup> foi um dos vetores dessas discussões. Segundo afirmam os escritores Catherine Weetan e Afonso Celso Cunha Serra, no seu livro “Economia Circular”:

Relatórios recentes da ONU, da Comissão Europeia, da OCDE e do Fórum Econômico Mundial e de consultoria de gestão globais ecoam as graves advertências publicadas em *Os limites do crescimento*, documento do Clube de Roma, de 1972. Eles manifestam preocupação com a combinação de superexploração de importantes ecossistemas e recursos naturais, condições cada vez mais instáveis, e poluição do ar, da água, do solo e da atmosfera” (WEETMAN; SERRA, 2019, p. 23)

Neste conceito de novas narrativas norteadoras da gestão, ancoradas na história do desenvolvimento humano e na necessidade de um caminho de responsabilidade social,

---

<sup>7</sup> O Clube de Roma é um grupo de pessoas ilustres que se reúnem para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados a política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Foi fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. Tornou-se muito conhecido a partir de 1972, ano da publicação do relatório intitulado *Os Limites do Crescimento*, elaborado por uma equipe do MIT, contratada pelo Clube de Roma e chefiada por Dana Meadows.

encontrei na História Pública um alicerce para o desenvolvimento de projetos sustentáveis, como a segunda etapa do projeto “Bahia Viaja na Bahia”, desenvolvido por mim e parceiros, para o Governo do referido Estado. O foco deste projeto é fomentar o incentivo do turismo interno. Esta pesquisa se justifica, portanto, pela necessidade de transformar esta nova edição em um evento com abordagens mais humanistas e sustentáveis, indispensáveis no mundo contemporâneo, especialmente no campo da gestão e do turismo. Para tanto, pretende-se estabelecer, através da História Pública, uma base teórica sólida que permita não somente a preservação e a valorização das riquezas históricas e culturais da Bahia, mas também o alinhamento do projeto com as demandas e expectativas da sociedade atual. Este projeto representa, ainda, uma oportunidade de um enfoque na territorialidade, com salvaguarda e divulgação do patrimônio material e imaterial das comunidades, envolvendo a recuperação e a valorização de tradições, práticas culturais e ativos patrimoniais que, frequentemente, permanecem relegados ao esquecimento ou à negligência. A construção colaborativa de narrativas históricas permite que as próprias comunidades desempenhem um papel ativo na preservação de seu patrimônio, contribuindo para uma maior conscientização sobre a relevância do patrimônio material e imaterial. A abordagem a ser usada na elaboração da segunda edição do projeto, promoverá a identidade cultural das comunidades e promulgará a construção de uma história compartilhada, enriquecendo o entendimento das dinâmicas locais e globais.

O objetivo geral deste estudo é investigar de que maneira a História Pública pode ser agente na transformação da segunda edição do projeto “Bahia Viaja na Bahia” com diretrizes claras e embasamento teórico para práticas turísticas inclusivas e socialmente responsáveis. Isso inclui o foco na valorização da história, cultura e identidade dos territórios que o projeto alcançará. Como objetivos específicos, pretende-se investigar, ao longo das etapas que compõem as novas edições do projeto, a evolução e o alcance do conceito de História Pública, identificando sua aplicabilidade e relevância nas etapas seguintes, fazendo as necessárias mudanças de rotas<sup>8</sup>, através das identificações do que tem potencial de replicação e do que deve ser reconsiderado. E também examinar as práticas de preservação do patrimônio material e imaterial nas comunidades dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, com o propósito de identificar estratégias

---

<sup>8</sup> Revisão periódica da estratégia, o estabelecimento de pontos de controle e a definição de indicadores-chave de desempenho que alertem sobre a necessidade de mudanças em um Planejamento Estratégico Kotler.

eficazes para ressignificar e promover tradições e bens patrimoniais potenciais para o turismo e frequentemente negligenciados.

O recorte espacial considerado nesta monografia abrange os Territórios de Identidade do Estado da Bahia<sup>9</sup>, onde a segunda edição do projeto irá se concretizar. Estes Territórios de Identidade buscam consolidar-se enquanto objeto de planejamento e implantação de políticas públicas, reconhecendo a necessidade de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como essenciais para o desenvolvimento. O projeto “Bahia Viaja na Bahia” foi considerado pelo Governo estadual um forte impulsionador do desenvolvimento local, ampliando essa percepção por entender que uma segunda edição, com enfoque mais sustentável e humanista, corrobora a própria estratégia governamental de mais inclusão e pertencimento territorial em cada uma dessas áreas. Já o recorte temporal está direcionado especificamente ao ano de 2022, onde ocorreu a primeira edição do projeto, ao ano de 2026, onde se encerrará a gestão do atual Governo da Bahia e, conseqüentemente, encerrar-se-á o projeto ou haverá mudanças na sua estrutura.

O saber da História do passado – e também do presente – torna-se estratégico para formatar um novo caminho para o projeto, onde os espaços públicos que ocuparemos deverão ser palcos para valorizar histórias, lembrar, celebrar, qualificar e incluir. Nada mais natural que a escolha de um campo historiográfico para dar este suporte. Porém, ao longo da pesquisa que norteia este trabalho, percebi que, se para mim parece natural o uso da História Pública em um projeto mercadológico de cunho humanista, não tem sido nada fácil encontrar propostas ou teorias que possam nortear esta minha perspectiva. Sabemos que muito caminho já foi trilhado, mas no Brasil os debates acerca deste assunto, além de recentes, têm uma certa reticência. Rovai aponta sobre este receio ao afirmar que:

(...) a produção de conhecimento histórico fora dos parâmetros científicos e fora da Academia sempre foi olhada com certo desdém e desqualificação – talvez “uma coisa menor” - acostumados que sempre fomos a acreditar que monopolizávamos os métodos, as técnicas e a escrita da história, e uma vez que éramos mais preparados para pesquisar, registrar e analisar os acontecimentos. (ROVAI, 2020, p. 2).

A narrativa apresentada por Rovai, sabemos, já perpassou por amplas discussões e, hoje, há historiadore(a)s que entendem esta extensão do campo da História como uma

---

<sup>9</sup> Segundo a Secretaria de Planejamento da Bahia, o Estado foi dividido em 27 Territórios de Identidade com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões.

modernização necessária. Os historiadores Benito Schmidt e Jurandir Malerba nos trazem, por exemplo, o desejo dos profissionais no campo da história de comunicarem para um grande público, possibilitando, desse modo, a exteriorização de debates ocorridos dentro da academia (SCHMIDT; MALERBA. 2021, p.10). Estou convencida que a História Pública é o caminho para dar a consistência necessária para a segunda etapa do projeto que, ampliando o seu escopo, aumenta também a responsabilidade.

O fato é que, mesmo diante de tantas discussões teóricas e exemplos práticos dessa extensão da História Pública, não encontrei registros consistentes da sua presença no campo de *gestão e marketing*, mais especificamente em eventos, onde está ancorado o projeto “Bahia Viaja na Bahia”; mas, mesmo diante deste desafio, seguirei com o propósito determinado.

Tem sido árduo o meu caminho empresarial trilhando esta perspectiva humanista, uma vez que a sustentação do meu trabalho ainda é bastante ancorada em uma narrativa mercadológica de busca do lucro a qualquer preço na maioria das transações. Sim, há um processo de transformação em voga e ele está cada dia mais acelerado, sendo o caminho que pretendo trilhar, mas o lucro individualista ainda tem um grande espaço no mundo da gestão. É imperativo e urgente, portanto, que eu encontre novos alicerces norteadores desta sustentabilidade inclusiva que quero dar ao projeto. A História Pública, com bases acadêmicas robustas, me parece uma excelente ferramenta para dar embasamento para o desenvolvimento das ações na segunda edição do “Bahia Viaja na Bahia”. Se não há exemplos práticos na minha área específica, há muito embasamento teórico que corrobora e alicerça a História Pública como o principal pilar de sustentabilidade e humanismo a ser impresso desenvolvido no projeto.

Esta pesquisa se fundamenta na literatura acadêmica relacionada à História Pública, compreendendo teóricos nacionais e internacionais que contribuíram significativamente para o desenvolvimento deste campo. Teóricos como Raphael Samuel e Richard Kelly, que delinearam os princípios fundamentais da História Pública e destacaram sua relevância fora do ambiente acadêmico, têm uma presença destacada. Acadêmicos brasileiros como Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Rovai fornecem uma visão aprofundada sobre a aplicação da História Pública no contexto nacional. Em relação a conceitos de territórios, o geógrafo alemão Friedrich Ratzel e a historiadora Maíra Vendrame foram fontes muito importantes de pesquisa. Estes autores, e ainda outros tantos, contribuem para a definição de diretrizes estratégicas e práticas para a integração efetiva da História Pública no projeto “Bahia Viaja na Bahia”. Tais diretrizes não apenas

fortalecerão a abordagem humanista e sustentável do projeto, mas também servirão para promover a valorização das histórias, culturas e identidades dos territórios envolvidos. Nesse sentido, a pesquisa tem o potencial de transformar o projeto em um agente de mudança, capacitando-o a se tornar uma iniciativa que não apenas celebra o patrimônio histórico e cultural da Bahia, mas que também o utiliza como um alicerce sólido para práticas turísticas inclusivas e socialmente responsáveis.

O primeiro capítulo – “O novo mundo da gestão: conceitos como antropoceno e capitaloceno; e posicionamentos modernos, como a gestão *ESG (environmental, social and Governance)*, impulsionam a mudança”, aborda as transformações ambientais e socioeconômicas desde a década de 1950 e seu impacto na gestão contemporânea, introduzindo os conceitos de Antropoceno e Capitaloceno. Esses conceitos ressaltam a necessidade de repensar práticas de vida e consumo sustentáveis. Exploramos a evolução do desenvolvimento sustentável, desde a Conferência de Estocolmo em 1972 até os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e o papel do Acordo de Paris. Destacamos também a crescente importância do *ESG (Environmental, Social and Governance)* na gestão corporativa, promovendo um mundo ético, inclusivo e sustentável. Dentro do projeto “Bahia Viaja na Bahia”, enfatizamos a necessidade de planejamento e estratégias *ESG*, garantindo um compromisso genuíno com a sustentabilidade e a confiança dos *stakeholders*<sup>10</sup>. Em resumo, analisamos a evolução da gestão diante das mudanças ambientais e socioeconômicas, com foco em práticas sustentáveis para um crescimento a longo prazo.

No segundo capítulo, “Projeto ‘Bahia Viaja na Bahia’: o conceito, a teoria e a perspectiva de uma nova prática”, é analisada a estrutura do projeto “A Bahia Viaja na Bahia”, que tem por objetivo fomentar o turismo interno no Estado da Bahia, com novas práticas, mais sustentáveis e humanistas, ancoradas, também, na perspectiva do governo estadual que visa apresentar propostas sobre políticas governamentais que ofereçam proteções sem estagnação numa força de mudança positiva, combinando história econômica e social (KOTLER, 2015). Destaca-se a ênfase dada a produtos regionais de excelência e manifestações culturais, cuja promoção visa a enriquecer a experiência dos viajantes. O projeto, desenvolvido sob minha coordenação, busca agora expandir sua abrangência na segunda edição, incorporando uma abordagem mais sustentável.

---

<sup>10</sup> *Stakeholders* são todas as pessoas, empresas ou instituições que têm algum tipo de interesse na gestão e nos resultados de um projeto ou organização, influenciando ou sendo influenciadas – direta ou indiretamente – por ela.

Alicerçando-se nos princípios da História Pública, esta perspectiva envolve um engajamento mais amplo do público, democratizando o conhecimento histórico e integrando a comunidade em questões relacionadas ao patrimônio cultural e ao turismo. A proposta visa não apenas informar, mas também estimular a participação ativa dos cidadãos baianos na construção de uma narrativa compartilhada sobre seu estado. Este diálogo entre o passado e o presente estabelece as bases para um legado duradouro que transcende gerações.

O terceiro capítulo, “A História Pública e projetos urbanos”, destaca a integração da História Pública como ferramenta prática e operacional em processos de gestão empresarial, políticas públicas e empoderamento de grupos étnicos e sociais, promovendo um diálogo entre a academia e o público. Isso envolve uma abordagem colaborativa na co-construção de narrativas históricas que atendam às necessidades das comunidades, legitimando o valor cultural e histórico dessas iniciativas, representando uma mudança na tradicional difusão cultural, com pesquisadores colaborando ativamente com o público e reconhecendo a importância da co-criação de narrativas históricas, tornando-a uma ferramenta vital para a valorização da história local e das comunidades.

Além disso, o capítulo trata de territorialidade, preservação e promoção do patrimônio material e imaterial das comunidades. Isso envolve a reconstrução e a valorização de tradições, práticas culturais e bens patrimoniais que muitas vezes são negligenciados ou esquecidos. A construção conjunta de narrativas históricas permite que as comunidades participem ativamente da preservação de seu patrimônio, promovendo uma maior conscientização sobre a importância do patrimônio material e imaterial. Isso contribui para a promoção da identidade cultural das comunidades e para a construção de uma história compartilhada, enriquecendo o entendimento das dinâmicas locais e globais.

O quarto capítulo, “Segunda edição do ‘Bahia Viaja na Bahia’: um projeto sustentável ancorado na história pública”, aborda a perspectiva de uma próxima edição do projeto ancorada no conceito de História Pública como um processo colaborativo no qual tanto acadêmicos quanto não acadêmicos participam ativamente na construção da narrativa histórica. Esta abordagem pretende envolver um amplo público na reinterpretação da história da Bahia nas regiões visitadas pelo projeto, destacando a importância de unir conhecimentos acadêmicos e mercadológicos, promovendo uma leitura vivencial da história da Bahia. Além disso, ele explora como a História Pública pode ser aplicada em diferentes aspectos do projeto, desde a valorização de produtos regionais de excelência até o engajamento da comunidade local na preservação e

promoção do patrimônio cultural material e imaterial. A História Pública também é explorada como um meio de promover o turismo regional, o desenvolvimento sustentável e o diálogo intergeracional entre os *stakeholders* do projeto.

## **2. O NOVO MUNDO DA GESTÃO: CONCEITOS COMO ANTROPOCENO E CAPITALOCENO E POSICIONAMENTOS MODERNOS, COMO A GESTÃO ESG - ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE - IMPULSIONAM A MUDANÇA**

As transformações humanas na era atual, capitaneada por um conjunto de mudanças ambientais e socioeconômicas sem precedentes na história do planeta, têm trazido imensas discussões tanto no campo historiográfico como no mundo da gestão. Dois termos frequentemente mencionados nesse contexto são Antropoceno e Capitaloceno, que abordam como as transformações humanas têm impactado o meio ambiente e a economia global desde ao menos o final do século XVIII, que trouxe o modelo de crescimento industrial baseado na combustão fóssil, iniciando a etapa de globalização do capitalismo com impactos planetários.

O termo "Antropoceno" descreve uma nova época geológica, na qual a atividade humana se tornou na principal força de transformação do planeta Terra. A humanidade tem exercido um impacto significativo em diferentes aspectos do meio ambiente, desde mudanças climáticas até extinção de espécies. Como afirma o geógrafo Erle Ellis, "o Antropoceno é um período no qual os humanos se tornaram uma força planetária capaz de moldar o mundo em que vivemos" (ELLIS, 2018). Enquanto o Antropoceno destaca o papel dos seres humanos na transformação do planeta, o termo "Capitaloceno" chama a atenção para o sistema econômico global como uma das principais forças impulsionadoras dessas mudanças. O Capitaloceno enfatiza a relação intrínseca entre o capitalismo e as transformações ambientais.

Na Academia há negação e divergência sobre ambos os conceitos. Embora os termos antropoceno e capitaloceno ofereçam perspectivas intrigantes sobre as dinâmicas ambientais e sociais, a categorização temporal proposta por eles pode simplificar demais a complexidade das interações entre sociedade e meio ambiente, negligenciando a diversidade de experiências e responsabilidades. Assim, a aplicação prática desses termos necessita de um exame crítico e aberto a diversas perspectivas para promover soluções mais holísticas e inclusivas, e esta discussão está presente tanto na Academia quanto no meio gestor. O fato é que ambos destacam a relação intrínseca entre as transformações ambientais e o modo de produção capitalista. Antropoceno e o Capitaloceno são simultâneos e inseparáveis, pois são sintomas de uma mesma lógica destrutiva. Essa consciência é imperativa para um repensar acerca das práticas de vida e consumo e a busca de soluções sustentáveis que levem em consideração tanto os desafios ambientais

quanto as questões sociais e econômicas. Os gestores nas esferas pública e privada têm adotado, cada vez mais, abordagens baseadas na ciência para avaliar os riscos ambientais e sociais, integrando-os em suas estratégias de tomada de decisão e investimentos, visando um crescimento sustentável a longo prazo.

Este despertar para a necessidade de gerir empresas e projetos de uma forma mais sustentável não vem de hoje. Em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, sediada em Estocolmo, reconheceu-se o relacionamento entre os conceitos de conservação ambiental e desenvolvimento industrial. O já citado movimento pós modernista Clube de Roma, no seu documento “Os limites do crescimento”, apresentado nesta conferência, já demonstrava o perigo da combinação de superexploração de recursos naturais para atender a um mercado cada vez mais voraz por consumo. Este Clube foi criado em abril de 1968 pelo economista e empresário da indústria italiana, Aurélio Peccei, que promoveu, em Roma, um evento com 30 pesquisadores provenientes de dez diferentes países, incluindo cientistas, educadores e economistas, a fim de promover o entendimento de componentes variados (econômicos, políticos e ecológicos) que formam o sistema global, e chamar a atenção para uma nova maneira de entender e promover iniciativas e planos de ação. Este encontro foi o embrião da produção de um importante documento, o *The Limits to Growth*, um relatório que afirmava que a sociedade industrial estava excedendo a maioria dos limites ecológicos. Chamava a atenção, ainda, acerca do perigo do crescimento da população mundial, a industrialização, a poluição, a produção de comida e a intensidade de uso dos recursos naturais, já que, neste ritmo, o limite para o crescimento do planeta seria atingido em até 200 ou 300 anos. Na Conferência de 1972, portanto, este Clube sugeriu que deveriam ser tomadas medidas para gerar uma curva de acomodação para o consumo desses recursos.

Nos anos que se seguiram, percebeu-se uma busca intensa por novos conceitos norteadores do desenvolvimento sustentável. Em 1973, Maurice Strong<sup>11</sup> introduziu nas discussões o conceito de ecodesenvolvimento. O documento “Trajetória da Governança Ambiental”<sup>12</sup> nos traz a primeira evolução importante acerca do tema:

---

<sup>11</sup> Canadense, primeiro diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pioneiro na formulação de políticas para promover o desenvolvimento sustentável.

<sup>12</sup> Artigo escrito por Jose Aroudo Mota, Jefferson Lorencini Gazoni, José Maria Reganhan, Marcelo Teixeira da Silveira e Geraldo Sandoval Góes, para o portal Regional e Urbano, do Ipea, publicado em 01 dez. 2008  
[https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/081207\\_boletimregional1\\_c\\_ap3.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/081207_boletimregional1_c_ap3.pdf). Acessado em: 05 jun. 2023.

[...] do ponto de vista conceitual, surgiu com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), que, na busca para integrar o ambiente e o desenvolvimento em uma ideia conservacionista, em trabalho conjunto com o World Wildlife Found for Nature (WWF) e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), lançou o documento *World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development* (1980). De acordo com Khosla (1995), mesmo que o termo desenvolvimento sustentável não tenha sido conceituado no texto, o elemento de tempo está presente, evidenciando uma necessidade de estratégias de longo prazo. Passo decisivo para a substituição da atenção aos *limites do crescimento* pela atenção ao *desenvolvimento sustentável*. (MOTA; GAZONI; REGANHAN; SILVEIRA e GOÉS, 2023, p. 13).

O crescente interesse internacional pela questão do desenvolvimento sustentável apresentou outros movimentos e teorias ao longo dos anos, como o relatório “*Our Common Future: from one Earth to one World*”, encomendado pela Assembleia das Nações Unidas à CMMAD - Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - e publicado em 1987. Em 1992, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, a Eco-92 ou Rio 92, a Cúpula da Terra (II CMMAD), ocorreu na cidade do Rio de Janeiro sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU). Foram 114 chefes de Estado, cerca de 40 mil militantes de 3.200 ONGs. Na realidade ocorreram três grandes eventos paralelos: a) a Cúpula da Terra, o evento oficial dos governos e das instituições multilaterais ligadas à ONU; b) o Fórum Global, que reuniu os representantes das ONGs brasileiras e internacionais; e c) a Conferência Mundial dos Povos Indígenas, realizada na Kari-Oca, taba construída por índios tucanos e do Alto Xingu no bairro de Jacarepaguá. Os principais resultados dessa conferência foram os seguintes: Agenda 21, um programa de ação global com 40 capítulos; Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida também como Carta da Terra, com 27 princípios; Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; Convenção sobre Diversidade Biológica; Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática; e Declaração de Princípios sobre Uso de Florestas.

Entre outros eventos importantes, em 2002 aconteceu a Conferência de Johannesburgo, com o objetivo de idealizar estratégias mais eficazes para a execução da Agenda 21. Em 2007, realizou-se em Bali, Indonésia, a 13ª Conferência das Partes (COP 13) da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climática. Em junho de 2012, aconteceu, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida também como Rio+20, cujo objetivo era discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Desta vez, as discussões não ficaram apenas no âmbito dos Estados, os compromissos

foram ampliados para as empresas, grandes geradoras do efeito estufa. Em 2015 ocorreu o lançamento dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que fazem parte da chamada “Agenda 2030”. Trata-se de um pacto global assinado durante a Cúpula das Nações Unidas pelos 193 países membros. A agenda é composta por 17 objetivos ambiciosos e interconectados, desdobrados em 169 metas, com foco em superar os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas em todo o mundo, promovendo o crescimento sustentável global até 2030.

Outro grande marco foi o “Acordo de Paris”, aberto para assinatura em 22 de abril de 2016 (Dia da Terra) em uma cerimônia em Nova York. O Acordo, assinado por 195 países, representa um compromisso mundial cuja meta é não permitir que o aumento da temperatura média do planeta ultrapasse 2°C. O Acordo de Paris é um compromisso mundial que propõe metas para a redução da emissão de gases de efeito estufa. Por fim, a COP-27 foi o evento mais importante e o maior já realizado sobre o tema das mudanças climáticas.

A sua 27ª edição, aconteceu em novembro de 2022, em Sharm El Sheikh, no Egito. Durante o evento, os participantes debateram sobre o cumprimento das regras estabelecidas no Acordo de Paris, o uso de fontes renováveis de energia e avanço da descarbonização, entre outros temas sustentáveis. Estes e outros eventos de discussão sobre os rumos do planeta impactaram de forma efetiva o mundo corporativo e toda a sua cadeia de *stakeholders*<sup>13</sup>. Segundo o professor Augusto Cruz:<sup>14</sup>

A desigualdade social, o racismo estrutural, as mudanças climáticas, o avanço da inteligência artificial e mesmo a pandemia de coronavírus são apenas alguns dos muitos problemas urgentes que todos precisam lidar, e as empresas têm sido cobradas por seus *stakeholders* a ter um posicionamento sobre esses males e apresentar ações para mitigá-los. Os consumidores querem produtos melhores, mas ao mesmo tempo exigem, que as empresas deixem um impacto positivo sobre o planeta. Isso também precisa ser internalizado por aqueles que divulgarão produtos e serviços de seus clientes. (CRUZ, 2022 p. 11)

Todos os gestores que sejam responsáveis e entendam que um sistema de governança eficiente tem como pedra basilar a implantação de uma agenda de

---

<sup>14</sup> Augusto Cruz é mestre em Direito, Governança e Políticas Públicas pela Universidade Salvador, pós-graduado em Política e Estratégia pela Universidade do Estado da Bahia e Professor da Universidade Salvador (UNIFACS). É advogado e consultor em governança corporativa, investimento social e ambiental privado e diversidade e inclusão nas empresas.

sustentabilidade, estão trabalhando nas suas instituições, públicas e privadas, com planejamentos e projetos baseados em humanismo e sustentabilidade. O já o ESG - *Environmental, social and governance*, que corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança, é um dos temas mais discutidos em reuniões, conferências ou eventos sobre gestão. Cada vez mais, ele tem se revelado uma jornada de transformação dos negócios, uma vez que envolve a construção de um mundo inclusivo, ético e ambientalmente sustentável, que garanta a qualidade de vida, com implementação de práticas de negócios que alinhem lucro, propósito e transparência.

Às empresas com práticas ESG, é imperativo levar cada um dos seus pilares – ecológico, social e de governança para os projetos por ela implantados. É importante ressaltar que sustentabilidade acabou por se transformar em um termo bastante popular no mundo corporativo. Se, por um lado, esta é uma excelente notícia, que desperta elevados propósitos nas estratégias empresariais, por outro, porém, corre-se o risco de não passar de modismo. É de extrema importância, portanto, uma análise multidisciplinar com foco na matriz de competência da empresa para saber se há suporte para assumir tal legado. Se este for o caso, ao determinar um foco claro e duradouro para a estratégia e as táticas, a empresa precisa definir seus potenciais diante da realidade atual e saber claramente aonde quer chegar. Uma gestão sustentável requer compromisso efetivo; não pode, em hipótese alguma, ser apenas um jogo de palavras ou estratégia vazia de marketing para ampliar a percepção positiva da imagem corporativa. É imperativo que a cadeia de *stakeholders* tenha confiança no propósito da empresa em implantar uma gestão sustentável, com projetos sustentáveis.

No caso mais específico da implantação de projetos como destaque para sustentabilidade, como é o foco da segunda etapa do “Bahia Viaja na Bahia”, é imperativo a definição de um caminho para chegar a um planejamento específico e todas as estratégias necessárias para as questões ambientais, sociais e de governança. Para ter eficiência, é importante definir, individualmente, as melhores práticas compatíveis com a realidade do projeto em questão para cada pilar. Os riscos ligados ao ESG existem em qualquer instituição, independentemente do ramo de atuação da sua empresa. Portanto, é imprescindível que se faça um diagnóstico competente que abranja as áreas de governança e responsabilidade social e ambiental, levando em conta que são áreas complexas e com forte potencial a riscos. Mais eficiente torna-se a estratégia se a matriz da gestão empresarial, ou mesmo de um projeto, como é o caso do “Bahia Viaja na Bahia”, contar com suportes que ultrapassem as exigências do Mercado e baseie-se em

propostas teóricas consistentes. Aqui entendo ter um encontro bastante profícuo entre a gestão mercadológica e a História Pública, através da análise e compreensão das nuances culturais e sociais presentes na narrativa histórica, proporcionando às estratégias do projeto uma maior densidade e precisão. A gestão de projeto necessita de um planejamento estratégico embasado em leitura de fatos relevantes; em específico de um projeto como o “Bahia Viaja Na Bahia” que exige ações adequadas às peculiaridades locais, respeitando e potencializando a cultura, a história e as tradições.

O próximo capítulo aprofundará essa interligação, explorando estudos de casos representativos e estratégias que exemplificam como a História Pública pode fortalecer a gestão mercadológica, dotando-a de arcabouço teórico e ferramentas para atingir seus objetivos de sustentabilidade, enquanto preserva e celebra a rica identidade cultural baiana.

### 3. PROJETO BAHIA VIAJA NA BAHIA: O CONCEITO, A TEORIA E A PERSPECTIVA DE UMA NOVA PRÁTICA

Com base nas reflexões apresentadas no capítulo anterior, neste momento aprofundaremos a análise de uma forma mais direta citando o “Bahia Viaja na Bahia” e os elementos tangíveis e intangíveis dessa conexão, direcionando o olhar para a aplicação prática dos princípios da História Pública no contexto do projeto, explorando como a riqueza das narrativas históricas e a conexão com a cultura local podem servir como uma base para as estratégias, em particular nas áreas ESG (*Environmental, Social, and Governance*).

No ano de 2022, o projeto “A Bahia Viaja na Bahia” foi desenvolvido para o Governo do Estado da Bahia, tendo como foco o turismo interno distribuído estrategicamente e de forma personalizada pelos seus 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região baiana, promovendo o sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. Cada território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (BAHIATER, 2017)<sup>15</sup>.

Este projeto é voltado para o turismo interno, incentivando o baiano a conhecer as belezas culturais, naturais e históricas do Estado, algo que não é comum. A Bahia está entre os cinco maiores Estados do Brasil em extensão territorial e atrações turísticas de diversas modalidades como praias paradisíacas no litoral, a Mata Atlântica e as formações rochosas da Chapada Diamantina; além de rica herança cultural e histórica, incluindo o legado afro-brasileiro. A primeira premissa deste projeto é exatamente valorizar e preservar efetivamente a riqueza de cada Território, sem se deixar levar pelo caminho fácil de atrair turista apenas pelo retorno financeiro. Aliás, uma das fontes inspiradoras para o desenvolvimento do “Bahia Viaja na Bahia” é a trajetória de um baiano ilustre que sempre tratou as riquezas históricas, naturais e culturais do Estado como uma

---

<sup>15</sup> Portal Bahiater, da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Governo da Bahia, acessado em 7/11/23 em <http://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/servicos/territorios-de-identidade>

preciosidade necessitada de preservação constante. Trata-se de do José Valladares (1917-1959), um grande docente de estética e de história da arte brasileira e das criações do barroco colonial, que cursou especialização em História da Arte na Universidade de New York e fundou e dirigiu o Museu de Arte da Bahia (1939-1959). É também autor da primeira edição do livro *Bêabá na Bahia*<sup>16</sup>, reeditado pela Universidade Federal da Bahia, na Coleção Nordestina. Valladares afirma que

(...) não sinto a menor simpatia pela preocupação de muitos baianos com o turismo. Que a cidade da Bahia seja rica de atrativos turísticos – ninguém poderá contestar. Mas será uma tristeza no dia em que, ao invés de pensarmos em nossas coisas, à nossa maneira e de acordo com nossas convicções, nos pusermos a pensar no conforto, curiosidade, gosto e caprichos do turista. Não será desta forma que a Bahia progredirá. Sejamos cordiais com os que nos dão a honra da visita; mas não sejamos subservientes. No final, nós é que sairemos perdendo. E a primeira coisa que se perderá será o caráter de nossa cidade, quase por milagre ainda conservado num Brasil cujas grandes cidades a passos largos se vão tornando excessivamente semelhantes às grandes cidades de qualquer parte do mundo. Quando menos imaginarmos, com essa mania de cortejar os turistas, a Bahia terá deixado de ser a Bahia. (VALLADARES, 2012, P.15)

O autor deixa claro que ele não sente simpatia pela preocupação de muitos baianos com o turismo. Ele reconhece que a cidade da Bahia é rica em atrativos turísticos, porém, expressa sua apreensão com a possibilidade de que, em busca do conforto, curiosidade, gostos e caprichos dos turistas, a Bahia perca sua identidade e caráter únicos. Esta é também uma precaução e um compromisso do “Bahia Viaja na Bahia”.

O projeto passou, na sua primeira etapa, pelas cidades baianas de Jacobina, Lençóis e Juazeiro, deixando um legado de sucesso, reunindo mais de 50 expositores de cooperativas, produtores da agricultura familiar, gastronomia, artesanato, vinícolas e charutaria, além de ofertas de tour em rotas turísticas. Tivemos em torno de 20 apresentações com foco na cultura regional, e mais de 20 mil pessoas foram impactadas diretamente com o projeto, o que amplia a responsabilidade para uma segunda edição. Trata-se de uma feira interativa com ingredientes regionais que movimenta as cidades baianas por onde passa. Entre os destaques, produtos baianos de excelência como o vinho,

---

<sup>16</sup> Na sua primeira edição, este livro foi editado com o formato 21x29cm, com trezentos exemplares numerados de 1 a 300 e 35 com desenho original do ilustrador, numerados de I a XXXV, todos assinados pelo autor, com 155 páginas, Livraria Turista Editora, Salvador, e com uma tiragem em formato 16x23,5cm, com 155 páginas, Livraria Progresso Editora, Salvador, ambos compostos e impressos nas oficinas gráficas da tipografia Beneditina Ltda., que contava com a orientação do Irmão Paulo Lachenmeyer OSB (1903-1990). Nas duas tiragens, há um “Mapa pitoresco e resumido da cidade da Bahia em 1950”, de autoria de Carlos Thiré, cuja data nos esclarece o ano de feitura das ilustrações.

o charuto, a cachaça, o café, o chocolate orgânico, entre outros, nem sempre conhecidos pelos baianos que, não raro, buscam por produtos semelhantes fora do Estado ou mesmo do país. Um exemplo é a presença do enoturismo na região baiana de Juazeiro, às margens do Rio São Francisco; quando busca por turismo baseado na cultura do vinho, o baiano geralmente pensa no Vale dos Vinhedos no Sul do Brasil, ou mesmo outros países como a Argentina, o Chile ou a França. O “A Bahia Viaja na Bahia” mostra aos baianos que para usufruir da cultura vinícola de excelência, ele pode, e deve, ficar no seu Estado.

### Imagens 1 e 2: Cozinha Show e Grupo Folclórico



Cozinha Show – evento de culinária local, em parceria com o Senac, e apresentação do grupo folclórico Marujada Cheganças da Bahia (edição de Jacobina, 29 e 30/07/2022): acervo disponível na Pau Viola Cultura e Entretenimento, em Salvador-Ba.

### Imagens 3 e 4: Exposição e venda de vinhos e charutos



Exposição e venda de vinhos e charutos baianos, presentes em todas as edições (julho e agosto de 2022): acervo disponível na Pau Viola Cultura e Entretenimento, em Salvador-Ba.

### Imagens 5 e 6: Exposição e venda de produtos da agricultura família baiana



Exposição e venda de produtos da agricultura família baiana, presentes em todas as edições (julho e agosto de 2022): acervo disponível na Pau Viola Cultura e Entretenimento, em Salvador-Ba.

**Imagem 7: Show de artista baiano**

Shows do artista baiano com expressão nacional Jauperí, presente em todas as edições (julho e agosto de 2022): acervo disponível na Pau Viola Cultura e Entretenimento, em Salvador-Ba.

**Imagens 8 e 9: Shows folclóricos**

Shows folclóricos dos grupos Reisada de Viola e Boi Diamante, presentes na edição de Lençóis (06 e 07/08/2022): acervo disponível na Pau Viola Cultura e Entretenimento, em Salvador-Ba.

### Imagens 10 e 11: Presença de renomados artesãos e artistas baianos e suas obras



Presença de renomados artesãos baianos e suas obras, como o grande Jotacê na edição de Lençóis-Ba (06 e 07/08/2022), e apresentação de artista colais como Charles Eluran, na edição de Juazeiro-Ba (13 e 14/08/2022): acervo disponível na Pau Viola Cultura e Entretenimento, em Salvador-Ba.

O evento traz a proposta de que as prefeituras transformem a cidade em um grande mercado cultural e que os espaços públicos e privados sejam voltados para apresentações de artistas locais em suas diversas linguagens, que mobilizam equipamentos culturais (museus, cineteatros, sedes de filarmônicas etc.), artesanato local, agricultura familiar, além de restaurantes de gastronomia regional. As manifestações artístico culturais ocuparam espaço em cada município e as cidades envolvidas têm a oportunidade de mostrar todo o seu potencial em um final de semana completamente voltado para o turista baiano. Este potencial aparece de forma efetiva nas edificações históricas de cada região, como monumentos, pinturas rupestres, tribos indígenas, quilombos, entre outras ricas manifestações da historiografia baiana.

Como criadora/mentora do projeto, e futura historiadora, procuro dar ênfase no contexto histórico do interior da Bahia para que os baianos despertem curiosidade, conheçam e experimentem, em suas viagens turísticas ou de negócios, o rico potencial histórico e cultural do Estado, inclusive, no contexto nacional. A Bahia é considerada a parte mais antiga da América Portuguesa, pois foi na região baiana de Porto Seguro que a frota de Pedro Álvares Cabral ancorou em 22 de abril de 1500. Nesta mesma região se deu a celebração da primeira missa. Salvador foi a primeira capital do Brasil e as cidades do interior do país, como Jacobina, uma das participantes do projeto, faz parte dessa rica

história baiana. Como cita Valter Gomes Santos de Oliveira: “A cidade data dos primórdios do século XVII, quando houve o início do desbravamento do território por aventureiros em busca de ouro” (OLIVEIRA, 2021), um momento muito importante da História do Brasil e, mais especificamente, da Bahia, de interiorização em busca de riquezas.

Pelo exposto no capítulo anterior, e por ter a minha consultoria pautada, já há alguns anos, na gestão humanista e sustentável, conceitualmente vejo como bastante factível termos uma segunda etapa do “A Bahia Viaja na Bahia” sob a perspectiva da sustentabilidade ambiental, social e de governança; para tanto, entendo a História Pública como um alicerce para este feito, porque percebo, de forma muito nítida, uma sintonia entre este projeto e a robustez do saber acadêmico da História trazido para o campo mercadológico. Em um projeto baseado na História Pública, uma política pública precisa ser elaborada; o uso de um recurso ou uma atividade precisa ser melhor planejada usando como base a complexidade da questão do tempo histórico, este será o ponto de sustentabilidade para que a segunda edição do projeto atenda com mais consistência às suas duas principais metas: mercadológicas - no conceito de progresso à economia baiana - e institucional, a partir do retorno positivo junto aos cidadãos baianos da imagem do estado da Bahia, da sua História e do seu Governo.

Fui a criadora do projeto, bem como coprodutora, e também acompanhei todas as etapas no processo de implantação, onde uma equipe de mais de 30 pessoas dava suporte operacional e logístico. Fui responsável, ainda, junto com a minha sócia no projeto, por toda a negociação com a esfera pública estadual e municipal, pela divulgação, com entrevistas em mais de 30 veículos de imprensa de grande, médio e pequeno portes.

O sucesso do evento imprimiu a nossa responsabilidade por ele ter sido escolhido como um dos agentes das boas práticas do atual governo da Bahia que, até o final do seu mandato, em 2026, pretende imprimir a imagem de uma gestão moderna e sustentável, completamente alinhada com os novos perfis gestores públicos e privados. Com esta responsabilidade, torna-se imperativo um embasamento teórico para que a segunda edição cumpra a sua missão e possa, ainda, ampliar o escopo de forma sustentável. O contexto dos ancoramentos sociais com práticas públicas participativas defendidas pela História Pública pode ser o grande vetor de impressão de maior consistência a todo o processo - idealização, concepção e produção - da segunda edição do projeto “A Bahia Viaja na Bahia”. Porém, para que este potencial seja ampliado, a pesquisa em História Pública servirá de base, uma vez que, nas palavras do historiador Jurandir Malerba:

Os historiadores não simplesmente divulgam o conhecimento para o público, mas devem trabalhar em conjunto com as pessoas comuns. O passado seria reconhecido como o terreno social em constante mudança, e os historiadores e o público deveriam cooperar e trocar ideias de modo a que sua expertise pudesse satisfazer as necessidades, desejos e conhecimento cultural do outro (MALERBA, 2017, p.10).

Como profissional de marketing, já atuando na área por mais de 20 anos, amei a experiência para elaborar um projeto. E como futura historiadora, passo a me preocupar, também, com o impacto que cada um desses projetos que desenvolvo e implanto tenha junto ao público alcançado. Também observo o imenso potencial histórico e possível contribuição para que a cultura baiana possa ser explorada e valorizada. A ampliação da abrangência do projeto “A Bahia Viaja na Bahia” tem o potencial de atingir, em média, mais de cem mil pessoas em visita presencial nas dez edições pretendidas, além de um número bem mais amplo dos que serão impactados via comunicação publicitárias e cobertura jornalística.

Entendo, portanto, que basear a elaboração da segunda etapa do projeto neste conceito historiográfico me dará segurança, diante da imensa responsabilidade de ampliar a sua abrangência. Marta Gouveia de Oliveira Rovai, no seu artigo “História Pública: um desafio democrático aos historiadores”, mostra que há uma ampla área abraçada pelo tema ao afirmar que:

Nos debates realizados, evidenciou-se a enorme gama de possibilidades de ações dos historiadores nos estudos e projetos com audiovisual; no gerenciamento de coleções históricas e estudos arquivísticos; em práticas curatoriais; patrimônio material e imaterial; museus e memoriais; memórias institucionais e comunitárias; história digital; estudos de locais comemorativos e de ativismo; história oral; intervenções em escolas e associações etc. (ROVAI, 2020, p. 10).

Percebo nitidamente que posso ampliar no projeto “A Bahia Viaja na Bahia” através do uso da História Pública e seu conceito de abrangência reflexiva do que seja ser turista, habitante, ou mesmo profissional em um território. A partir do momento em que o baiano conhece mais criticamente o seu Estado, pode ampliar o olhar sobre a história que construiu a sua própria identidade como ser participante de um espaço geográfico ou como cidadão baiano. A história da Bahia não precisa ficar apenas nos bancos escolares, em discursos teóricos, ela pode ser conhecida e apreciada através de projetos como este. Como afirmam as historiadoras Adriane Vidal Costa, Juniele Rabelo de Almeida e Lourdes Roca, no artigo “História pública na América Latina: mediações do passado,

demandas sociais e tempo presente”<sup>17</sup>: “A história não é aprendida e assimilada somente por meio da educação formal; isto significa que praticá-la requer uma ação problematizadora no debate público, de maneira responsável e integrada, para uma história participativa.”

Percebo que o projeto “A Bahia Viaja na Bahia” tem este aspecto de propiciar uma história compartilhada, onde cada baiano impactado direta ou indiretamente sinte-se chamado a conhecer, preservar e entender melhor ou mesmo ser um agente participativo da história do próprio Estado. Com o poder que a História Pública tem de democratizar o conhecimento histórico, ultrapassando as barreiras dos círculos acadêmicos, pode tornar o “Bahia Viaja na Bahia” acessível a pessoas de diferentes idades, origens e níveis de educação, promovendo um engajamento mais profundo dos cidadãos baianos, construindo pontes entre o passado e o presente, promovendo a reflexão crítica e estabelecendo um legado duradouro para as futuras gerações.

Por fim, a primeira etapa do projeto obteve sucesso ao reunir expositores locais, promover apresentações culturais e incentivar o turismo histórico e de natureza em cidades como Jacobina, Lençóis e Juazeiro, impactando mais de 20 mil pessoas, e ampliando o pertencimento dos baianos frente ao Estado, destacando a rica história da Bahia, suas manifestações culturais e belezas naturais. Na segunda edição, o projeto visa fortalecer sua sustentabilidade e alinhar-se às áreas de gestão humanista, onde a História Pública pode vir a desempenhar um papel fundamental, democratizando o conhecimento histórico, permitindo um envolvimento mais profundo dos cidadãos e deixando um legado duradouro. Essa perspectiva contribuirá para o sucesso contínuo do “Bahia Viaja na Bahia”, atendendo às metas mercadológicas e institucionais, promovendo a economia da Bahia e fortalecendo a identidade e cultura do estado através de um evento constituído ainda mais com o público e para o público.

---

<sup>17</sup> PUCRS – Escola de Humanidades, Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 1-5, maio-ago. 2021 e-ISSN: 1980-864X | ISSN-L: 0101-4064 <http://dx.doi.org/10.15448/1980864X.2021.2.40424>

#### 4. A HISTÓRIA PÚBLICA E PROJETOS URBANOS

A História produzida na academia encontra na História Pública ferramentas de uso não-acadêmico para potencializar de forma prática e operacional processos de gestão empresarial, construção de políticas públicas, empoderamento de grupos étnicos/sociais específicos, projetos urbanos, entre outros. O uso desse campo da História em comunidades locais, segundo Gustavo Esteves Lopes:

significa pautar sua influência, participação e sua vitalidade junto a grupos sociais/étnicos específicos, grupos detentores/produtores de referências/bens culturais e, de modo abrangente, populações, povoamentos circunscritos a bairros e distritos em um município, ou em qualquer esfera de um ou mais Estados-Nação. (LOPES, 2013, p. 01)

Este fenômeno global que responde às dinâmicas locais de demandas contemporâneas da sociedade, a História Pública hoje é igualmente praticada no Brasil; embora em escala ainda menos abrangente, e sem encontrar muitos exemplos deste diálogo com eventos em comunidades municipais. Há, porém, uma grande adesão na busca da História Pública quando se pretende estabelecer em eventos comunitários, como o “Bahia Viaja na Bahia”, o conceito de um projeto sociocultural sustentável, destacando a história local e seus agentes, em uma ampla prática democrática. Ao se concentrar em contar as histórias que valorizam a diversidade étnica, cultural e de classe social, além de eventos e figuras memoráveis que fazem parte do cotidiano dessas comunidades, imprime-se ao projeto um cunho mais respeitoso e humanista.

A aprovação do valor histórico e cultural de uma iniciativa em história local é validada pela própria comunidade que está sendo pesquisada, uma vez que ela é, na maioria das vezes, a principal destinatária e beneficiária direta desse trabalho. Os consumidores dessas narrativas públicas em comunidades locais têm preocupações e argumentos que os pesquisadores profissionais devem respeitar, sem negligenciar ou dar excessiva ênfase ao método de construção; fazendo um caminho bidirecional, onde o projeto respeite e valorize a história local e possa enriquecer esta história com a sua contribuição.

E aqui voltamos à História Pública como ferramenta prática e operacional em processos de gestão empresarial, políticas públicas e empoderamento de grupos étnicos e sociais, promovendo um diálogo entre a academia e o público, envolvendo uma abordagem colaborativa na co-construção de narrativas históricas que atendam às necessidades das comunidades, intensificando o valor cultural e histórico dessas

iniciativas. Os eventos públicos comunitários ou projetos urbanos não raramente buscam tão somente retornos econômicos e políticos partidários. Uma forma de transformar esta narrativa e promover retornos institucionais para os territórios, seus partícipes e toda a comunidade local, é o uso de conceitos historiográficos que explorem e valorizem as especificidades locais.

Além disso, a História Pública desempenha um papel crucial na preservação e promoção do patrimônio material e imaterial das comunidades. Isso envolve a reconstrução e a valorização de tradições, práticas culturais e bens patrimoniais que muitas vezes são negligenciados ou esquecidos. O compartilhamento de narrativas históricas permite que as comunidades participem ativamente, promovendo uma maior conscientização sobre a importância desse patrimônio material e imaterial. Isso contribui para a promoção da identidade cultural das comunidades e para a construção de uma história compartilhada, enriquecendo o entendimento das dinâmicas locais e globais, com a perspectiva do próprio debate em torno do conceito de território e outros seus correlatos – como territorialidade e territorialização. Friedrich Ratzel, um dos mais eminentes geógrafos alemães, tido como “clássico” da Geografia e fundador dos estudos em Geografia Política, refere-se ao território como “palco” para a efetivação da vida humana. Na visão de Ratzel (1990), é no elo indissociável entre uma dimensão físico-natural (solo e seus recursos) e uma dimensão política do espaço (que se confunde com o estatal) que o território se define.

(...)é fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence.(...) os organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto com seu território. Sem isso não é possível o seu desenvolvimento, assim como sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado (RATZEL, 1990. p. 73)

Portanto, é pertinente se dizer que a referência de território para Ratzel é de um espaço fundamental para o fortalecimento do Estado ou desenvolvimento da Nação; para tanto, é imprescindível dar foco à população, costumes, fronteiras, recursos naturais etc. Um projeto urbano que enxergue e valorize esse conceito de território e territorialidade tem o poder de ampliar o pertencimento dos cidadãos para com o seu território como patrimônio, e desse território para com sua necessária integração com o todo nacional. Esta patrimonialização que atende às dinâmicas identitárias e comportamentais da contemporaneidade, abarca as novas e urgentes convergência entre a História Pública,

que indica a reativação de passados e presentes comunitários, negligenciados e/ou que escapam à história nacional, e o patrimônio, em sua dilatação conceitual para além da estrutura.

De acordo com Lowenthal<sup>18</sup> (1998) podemos dar vida ao passado pela possibilidade de rememorá-lo, seja quando o entendemos como parte de nosso presente, seja como um elemento fragmento ou fato separado dele. Se os conceitos de tempo e história podem ser abordados à luz da antropologia, da história da cultura e da filosofia, Lowenthal faculta uma perspectiva proveniente da área de geografia, que integra estes dois conceitos (tempo e história) ao terceiro, o de memória. Coloca-se acima das especializações profissionais que estudam a memória, o conhecimento histórico e a "reliquia", e que são, respectivamente, a psicologia, a história e a arqueologia. Para tal, o autor recorre a fontes que perpassam a literatura, a filosofia, a psicanálise, a fotografia, a televisão e o cinema. A História pública corrobora e amplia esta concepção ao incorporar esses conceitos com uma forte densidade histórica passada transferida para o presente.

(...)a condição do passado depende de uma sensibilidade histórica que dificilmente pode começar a operar sem registros escritos permanentes. Somente a preservação e disseminação do conhecimento histórico por meio da escrita, e especialmente por meio da imprensa, separa nitidamente o passado do presente. (Lowenthal, 1998, p. 138)

Nesse contexto, a territorialidade, seja ela individual ou coletiva, com sua ênfase nas delimitações, nas conexões e na sua influência na construção da identidade; a geografia, com seu foco em mapeamentos, descrições e registros; e o patrimônio, como elementos naturais e culturais moldados pela interação entre a humanidade e o ambiente, selecionados e modificados ao longo do tempo, com sua materialidade e capacidade de evocação - se entrelaçam e se combinam constantemente para forjar uma perspectiva dinâmica do presente em relação à vivência e à expectativa em relação ao futuro. Eventos urbanos com o propósito de valorizar a identidade e memória locais, através não apenas da sua expressiva participação popular, mas também a necessária cobertura de comunicação, inclusive a jornalística, pode – e tem como um dos seus papéis, disseminar o conhecimento histórico e a valorização do território.

---

<sup>18</sup> David Lowenthal foi professor emérito de Geografia da University College London. Graduado e pós-graduado em Harvard, Berkley e Wisconsin, tendo sido professor visitante de mais de seis universidades estadunidenses, antes de se radicar na Grã-Bretanha. Seus cursos abrangem as áreas de arquitetura paisagística, psicologia ambiental, geografia e ciência política.

A historiadora Maíra Vendrame (2023)<sup>19</sup> destaca a importância de examinar as territorialidades e as interações sociais em variados âmbitos, por meio de uma abordagem que visa a compreensão em diferentes campos holísticos, mas que, em essência, é enraizada, focando nas atuações de pessoas, grupos familiares e nas entidades coletivas em contextos geográficos específicos. Ela aponta a

(...) importância de se pensar as formas associativas, a organização dos grupos, a constituição das vizinhanças e comunidades sobre um território, bem como a maneira como esse vai se caracterizando, a partir de determinadas referências materiais, relacionais e práticas socioculturais, econômicas e políticas (VENDRAME, 2023, p. 183)

É interesse compreender, como relata a autora, as lógicas que orientam comportamentos e escolhas, particularmente a conexão entre ação, costumes e normas; isso inclui a ênfase na compreensão de sistemas políticos, lideranças, associações territoriais, atividades econômicas e estruturas de poder em contextos locais. O objetivo é compreender como os comportamentos se desenrolam na vida cotidiana, explorando as relações interpessoais e institucionais em lugares específicos. Transmutando este pensamento para a ação, ao se propor qualquer envolvimento com a comunidade, como um evento, o espaço local deve ser visto não apenas como um cenário, mas como o produto das ações e práticas que nele ocorrem e que tem que ser não apenas consideradas, mas respeitadas.

A História Pública pode emergir como uma grande força norteadora em todo o processo que envolve a interligação entre a história dos territórios, os patrimônios materiais e imateriais, e os eventos urbanos. Este enfoque dinâmico na narrativa histórica visa não apenas preservar e compartilhar o conhecimento, mas também empoderar as comunidades urbanas a se envolver ativamente na construção e interpretação de sua própria história. Este campo da História se manifesta como um contraponto valioso às abordagens tradicionais, muitas vezes elitistas, que tendem a negligenciar as experiências cotidianas e as vozes das pessoas comuns. Ele busca desvendar todas as histórias possíveis, como também as histórias esquecidas, reprimidas ou marginalizadas que moldaram esses territórios urbanos.

A História Pública pode, ainda, ser a ponte para democratizar o acesso à história local, tornando-a mais inclusiva e relevante para todos, independentemente de sua origem

---

<sup>19</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em História e do Curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, é também Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com estágio de doutorado na Università degli Studi di Genova (2013).

étnica, gênero, classe social ou idade, desempenhando um papel central na organização e no enriquecimento dos eventos urbanos, fornecendo a base para a seleção e a apresentação de patrimônios em exposições, festivais e atividades culturais, garantindo que esses eventos sejam reflexos autênticos da identidade local. Além disso, a História Pública pode ser usada como estratégia para estimular a participação ativa das comunidades na organização e interpretação desses projetos, incentivando o diálogo intergeracional e a conexão com as raízes culturais, podendo se tornar uma plataforma para a expressão coletiva, a celebração da diversidade cultural e a reflexão sobre questões contemporâneas, ancoradas no conhecimento do passado e do presente. Esse enfoque fortalece o sentimento de pertencimento das comunidades aos seus territórios, promove o respeito pelos patrimônios materiais e imateriais e, finalmente, contribui para a construção de cidades mais inclusivas, sustentáveis e culturalmente ricas.

#### **4.1. A academia dialoga com o público das cidades**

Uma atitude que tende a ser amplamente aceita por pesquisadores e acadêmicos da História Pública é a ideia de que os profissionais devem buscar uma mudança na abordagem tradicional de difusão cultural. Ao invés de ser o único detentor do conhecimento e sabedoria que deve ser compartilhado com o público, a ênfase está em promover uma abordagem mais colaborativa, onde a autoria seja compartilhada e reconhecida. Isso implica que ambas as partes envolvidas, pesquisadores e comunidades locais, assumam a responsabilidade pela co-construção de narrativas de História Pública em suas diversas formas, utilizando abordagens acessíveis a pessoas com diversas formações profissionais e níveis de educação. Desta forma, o diálogo se dará através de um processo construtivo de narrativas e aprendizagens, onde, na interação de saberes acadêmico e popular, dar-se a verdadeira base para a construção do alicerce dos saberes, base para a construção de qualquer intervenção pública. Jurandir Malerba resume essa perspectiva de História Pública:

Os historiadores não simplesmente divulgam o conhecimento para o público, mas devem trabalhar em conjunto com as pessoas comuns. O passado seria reconhecido como o terreno social em constante mudança, e os historiadores e o público deveriam cooperar e trocar ideias de modo a que sua expertise pudesse satisfazer as necessidades, desejos e conhecimento cultural do outro (MALERBA, 2017, p.10).

No evento “História Pública e a Mídia”, que ocorreu de 11 a 13 de fevereiro de 2015, na Villa Schifanoia, subúrbio de Florença, houve a presença de representantes de

oito países europeus, todos respondendo a uma única pergunta: “o que é História Pública”? Étienne Deschamps<sup>20</sup> lembra que se trata de uma “abordagem histórica firmada em uma formação acadêmica tradicional”, oriunda do meio universitário, mas que “se transforma em uma forma de engajamento com a sociedade (...), de maneira a responder às demandas sociais” (2015). Esta linha de engajamento social tem um imenso potencial ao unir os conhecimento acadêmico de um historiador, o conceito com cunho mercadológico humanista da História Pública à realidade local, em um diálogo profícuo com interações pessoais entre pesquisadores, historiadores e colaboradores, de forma que a importância da História Pública em comunidades, como um projeto sociocultural onde a dimensão territorial é central, a história local se destaca como uma das abordagens mais dinâmicas e democráticas. Este diálogo não pode se prender estritamente a rigorosos princípios historiográficos que emergem de debates acadêmicos sobre metodologia e conceitos, mas se basear principalmente em critérios estabelecidos socialmente dentro da comunidade.

A aprovação do valor histórico e cultural de uma iniciativa em história local é validada pela própria comunidade que está sendo pesquisada, uma vez que ela é, na maioria das vezes, a principal destinatária e beneficiária direta desse trabalho. Os consumidores dessas narrativas públicas em comunidades locais têm preocupações e argumentos que os pesquisadores profissionais devem respeitar, sem negligenciar ou dar excessiva ênfase ao método de construção. Este diálogo trata do reconhecimento do valor histórico e cultural de um projeto relacionado à história local, que deve ser autenticado pela comunidade em foco, beneficiária direta do projeto, em um sério processo de construção. Neste contexto, a interação entre acadêmicos e o público das cidades é fundamental para evitar a tradicional postura de transmissão unilateral do conhecimento, buscando uma colaboração mais ativa com a comunidade, compartilhando a autoria e o reconhecimento da construção de narrativas públicas. Isso requer que, tanto os pesquisadores quanto as comunidades locais, assumam a responsabilidade pela co-criação de narrativas e ações territoriais, utilizando abordagens acessíveis, colaborativa e dialogante como base para a construção de intervenções públicas bem fundamentadas.

Trazendo novamente Malerba (2017) para o diálogo, é preciso destacar que os historiadores não devem apenas divulgar conhecimento, mas, sim, trabalhar em conjunto com o público em geral. O passado é considerado um terreno social em constante

---

<sup>20</sup> Historiador - Curador (Casa da História Europeia/DG COMM) do Parlamento Europeu de 2011 - 2017

transformação, e a cooperação entre historiadores e o público é essencial para satisfazer as necessidades, desejos e conhecimento cultural de ambas as partes. O valor histórico e cultural de uma iniciativa em história local é validado pela própria comunidade pesquisada, que muitas vezes é a principal beneficiária desse trabalho. Os consumidores dessas narrativas públicas têm preocupações e argumentos que os pesquisadores devem respeitar, sem negligenciar o método de construção. Esse diálogo trata do reconhecimento do valor histórico e cultural de um projeto relacionado à história local, autenticado pela comunidade em foco, em um processo sério de construção. Essa abordagem não apenas enriquece o entendimento da história local, mas fortalece o vínculo entre a academia e o público, promovendo a História Pública como uma ferramenta poderosa de envolvimento e enriquecimento da comunidade.

Por fim, a História Pública propõe uma transformação fundamental na relação entre os promotores de eventos, os historiadores contratados e o sucesso destes para a comunidade. Ao promover um diálogo colaborativo e intensificar a comunicação, a ela fortalece não apenas o vínculo entre academia e sociedade, mas também a eficácia dos eventos no que diz respeito ao retorno político, econômico e social. Quanto mais profunda e significativa for a interação entre os envolvidos, maior será o sucesso, refletindo não apenas em um enriquecimento da valorização territorial, mas também na promoção do senso de pertencimento e engajamento ativo dos agentes locais, fomentando a comunicação entre diferentes esferas da sociedade e construindo eventos que verdadeiramente ressoem com as necessidades e desejos da comunidade, gerando impactos positivos que reverberam em todas as esferas envolvidas.

## 5. SEGUNDA EDIÇÃO DO “BAHIA VIAJA NA BAHIA” ANCORADA NA HISTÓRIA PÚBLICA

No Portal da História Pública da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina<sup>21</sup>- me deparei com uma narrativa sobre História Pública que, de imediato, transferei para o embasamento desta segunda etapa do “Bahia Viaja na Bahia”. Neste portal, aborda-se o significado impresso pela historiadora Jozefien de Bock acerca do que seja História Pública: “não é apresentar a história para uma audiência, mas o momento em que acadêmicos e não acadêmicos escrevem história juntos” (GRELE, 1981, p. 46). Esta citação corroborou com o meu propósito de unir os acessos que tenho sobre saberes acadêmicos de historiografia - por ser discente de um curso de História - e mercadológico - pela minha atuação com a gestão e o marketing - aos saberes da equipe envolvida neste projeto e todo o público que dele tiver acesso, para fazermos juntos uma nova leitura vivencial da história da Bahia nas regiões onde o projeto “Bahia Viaja na Bahia” irá desembarcar.

Um dos maiores nomes da História Oral e um dos mais experientes conhecedores de entrevistas de História Pública, o americano Ronald J. Whose Griele<sup>22</sup>, menciona que a História Pública “nos promete uma sociedade na qual um amplo público participa da construção de sua própria história” (GRIELE, 1981, p. 48). Um projeto como “Bahia Viaja na Bahia” tem o potencial de envolver um amplo público para analisar e construir um novo olhar para a sua própria história.

Também utilizei alguns trabalhos do historiador Valter Gomes Santos para entender mais sobre a abordagem historiográfica acerca de uma das cidades participantes do “Bahia Viaja na Bahia”, para ter como base o estudo da historiografia das outras cidades por onde passará o projeto na sua segunda etapa. Neste embasamento teórico lancei mão de duas das fontes que mais inspiraram a minha pesquisa, a seguir:

Do livro “Fazendo História Pública”, dos autores Benito Bisso Schmidt e Jurandir Malerba, pude ter um contato inicial com os principais debates e âmbitos de atuação de historiadores e historiadoras que trabalham com divulgação histórica, história digital, patrimônio etc. Os autores propõem que profissionais que fazem História Pública, em

---

<sup>21</sup> Portal da História Pública da UFSC. Dedicado à multiplicação do conhecimento histórico para diversos públicos. Disponível em: <https://historiapublica.sites.ufsc.br/o-que-e-historia-publica/>. Acessado em: 13 nov. 2023.

<sup>22</sup> Diretor emérito (aposentado) do Centro de História Oral da Columbia University Oral History Research Office. Foi diretor do Oral History Program at UCLA.

diversos suportes e com variados objetivos, relatem as suas práticas e reflitam sobre elas, de modo a inspirar e embasar novas propostas no campo. A perspectiva que norteia a apresentação do livro gira em torno da realidade da pandemia do Covid 19, que gerou mudanças substanciais em vários processos comportamentais. Estas mudanças, sem dúvida, também norteiam a apresentação governamental de projetos, bem como a presença do público nas edições do “Bahia Viaja na Bahia”.

Através da publicação “A História Pública no Brasil entre Práticas e Reflexões: a oficina historiográfica de Ricardo Santhiago entre a história oral e a história pública”, consegui entender com mais propriedade como a História Pública poderia servir de base efetiva para o meu projeto. Ricardo Santhiago atua como jornalista, produtor cultural e historiador, e se autodefine da seguinte forma: “eu sou alguém que faz pesquisa histórico-sociológica, muito interdisciplinar, sobre a vida cultural e intelectual brasileira no presente, e tendo a memória e a comunicação (pessoal e/ou midiática, ou social, como preferir) como eixos sempre presentes”. Esta realidade despertou de imediato a minha atenção, uma vez que a sua atuação, como a minha, se dá em campos múltiplos e, mais precisamente, na História e na área cultural, o que é o meu caso sendo discente de História e profissional de marketing.

No campo teórico, encontrei um caminho profícuo de ancoramento do projeto, mesmo que pouco tenha encontrado de publicação específica acerca do uso da História Pública em eventos. Mas, e na prática, como usar estes tantos conceitos explorados para efetivamente valorizar o evento e a história de cada cidade e cada público que venha a ser atendido por ele? Como transformar o Bahia Viaja na Bahia em um marco histórico de grande relevância para o Estado da Bahia e os baianos?

Podemos começar com a valorização do conhecimento teórico em um ponto onde ele seja democratizado, ultrapassando as barreiras dos círculos acadêmicos. E, aqui, não me refiro a um afastamento do saber historiográfico da Academia, mas, sim, nos unir a ele. O evento tem como uma das suas premissas transformar as cidades por onde passa em um grande mercado cultural, onde os espaços públicos e privados sejam voltados para apresentações de artistas locais em suas diversas linguagens que mobilizam equipamentos culturais (museus, cineteatros, sedes de filarmônicas etc.) Há, na matriz do projeto, a proposta de conhecimento e valorização da História local – sua origem, seu povo, o desenrolar da sua economia e os processos históricos ao longo da sua existência. A História Pública pode ser a ponte; para tanto, a contratação de um historiador ou a parceria com um curso universitário de História pode propiciar os alicerces necessários. Quais as

ferramentas de pesquisa da História local? Qual a forma ideal de mostrar esta História para os participantes? Quais as principais ferramentas para a descoberta e a preservação da memória no período do evento? Como determinar o envolvimento comunitário para que a valorização desta memória historiográfica local seja preservada para além da passagem do evento?

A História Pública permite uma interpretação mais envolvente e contextual dos locais históricos. Por meio de exposições, visitas guiadas e materiais educacionais, os participantes podem aprender sobre a história do local, compreender seu significado e conectar-se emocionalmente com ele. Este caminho pode tornar a participação do público mais enriquecedora e estimular o interesse em explorar outros aspectos históricos da região. Podemos desenvolver roteiros temáticos e circuitos históricos, onde a História Pública seja utilizada como fonte para destacar os pontos turísticos relacionados à história de uma região. Esses itinerários proporcionam aos turistas uma visão abrangente da história local, permitindo que explorem a riqueza cultural, arquitetônica e histórica da região. Esses roteiros também podem incluir informações interpretativas, como placas explicativas, aplicativos móveis e materiais impressos, para enriquecer a experiência turística.

O projeto carrega consigo, também, o dever de propor a valorização do turismo regional ou local; afinal, queremos que o baiano conheça a Bahia e amplie o turismo dentro do seu Estado; as cidades envolvidas terão a oportunidade de mostrar todo o seu potencial em um final de semana completamente voltado para o turista baiano. A História Pública pode ser inserida aqui incentivando a incorporação de narrativas inclusivas e diversas, que abranjam diferentes perspectivas históricas locais, ajudando a valorizar a diversidade cultural e social da região, tornando o turismo mais inclusivo e respeitoso. Ao destacar histórias menos conhecidas e ampliar a compreensão das experiências passadas, a História Pública pode enriquecer a visita dos turistas e poderá promover um turismo mais consistente, ético e sensível. Ao valorizar a história de uma região, pode, também, ajudar a preservar o patrimônio cultural e a fortalecer a identidade local.

Outra proposta do evento é promover o engajamento com as comunidades que lhe recebe. Há uma feira interativa com ingredientes regionais que movimentam as cidades baianas por onde o “Bahia Viaja na Bahia” passa. Entre o destaque, produtos baianos de excelência como o vinho, o charuto, a cachaça, o café, o chocolate orgânico, nem sempre conhecidos pelos baianos que, não raro, buscam por produtos semelhantes fora do Estado ou mesmo do país. Há, ainda, um espaço específico para uma feira da agricultura familiar

da região. A História Pública pode ser a propulsora do envolvimento e da participação ativa da comunidade local na preservação e divulgação dos ingredientes regionais. Com a promoção local de projetos de História Oral sobre a agricultura local, festivais da gastronomia regional, exposições comunitárias sobre a origem dos produtos, entre outras iniciativas, a comunidade se torna uma parte integrante da experiência turística. Isso não apenas valoriza a identidade local, mas também cria oportunidades para interações autênticas entre os turistas e os habitantes locais, enriquecendo a experiência de ambos.

Ainda no aspecto do turismo, pode-se promover ações de educação e conscientização. O conhecimento histórico local pode desempenhar um papel fundamental na educação e conscientização dos turistas sobre a importância histórica de região, criando uma apreciação mais profunda e duradoura dos locais visitados, incentivando-os a, através do conhecimento do passado, promover a valorização da memória patrimonial no presente e a sua preservação no futuro. Quem sabe, pode-se criar projetos que tornem os participantes em embaixadores do patrimônio cultural local.

Uma vez que o “Bahia Viaja na Bahia” se compromete a ser um projeto sustentável e intrincado com os novos pilares da gestão humanista, consciente e sustentável, a História Pública pode ajudar a promover uma consciência dos desafios de preservação e conservação enfrentados pela região, estimulando a responsabilidade e o respeito pelos negócios comerciais e institucionais promovidos pela passagem do evento. Além disso, a História Pública também pode impulsionar o turismo e os negócios sustentáveis, destacando a importância da preservação e conservação dos locais históricos, da memória, do patrimônio cultural material e imaterial, do turismo e dos negócios.

A História Pública também pode desempenhar um papel importante na criação de parcerias entre atores públicos, privados e comunidades locais. Ao envolver diferentes partes interessadas na promoção regional, é possível desenvolver estratégias conjuntas, compartilhar recursos e alcançar um impacto mais significativo. Nesse sentido, a História Pública pode ser o grande agente para uma experiência turística mais significativa, sustentável e autêntica, valorizando o patrimônio cultural, impulsionando a compreensão e apreciação da história local, ampliando negócios regionais sustentáveis e promovendo uma interação responsável e consciente, deixando um legado de boas práticas em todos os lugares por onde passar.

Ao final de cada edição, há a obrigação contratual de fazer uma série de peças de comunicação, divulgando a passagem do evento pela cidade. Estas peças têm como

intuito a prestação de contas para os agentes públicos (governos estadual e local) e privados (empresas participantes e patrocinadores). Na primeira edição do “Bahia Viaja na Bahia”, utilizamos essa difusão publicitária e jornalística, também, como divulgação institucional. Nesta segunda edição, podemos nos utilizar da História Pública para uma divulgação mais assertiva e com mais conteúdo. As historiadoras Juliana Sayuri Ogassawara e Viviane Trindade Borges<sup>23</sup> abordam este tema, e afirmam:

O historiador pode ser consultado como *fonte* para reportagens, documentário ou filme de ficção, revista de divulgação científica ou almanaque de curiosidades, quer seja como referência intelectual para fomentar discussões relevantes quer seja como argumento de autoridade para os propósitos da produção. À diferença dos modelos anteriores, esse contexto implica mediação de um profissional de outra ordem (um produtor ou um jornalista, por exemplo), um processo que traz implicações significativas desde o momento da entrevista (a formulação das perguntas, as orientações ocasionais sobre o tom das respostas), passando pela edição (declarações pinçadas e argumentos fragmentados, a depender da linha editorial e dos baldrames ideológicos e políticos da “casa”) e chegando até a divulgação do produto final (uma situação que desperta para a imprevisibilidade das apropriações das considerações conferidas durante a entrevista). Trata-se, portanto, de uma relação assimétrica. (OGASSAWARA e BORGES, 2018, p. 43).

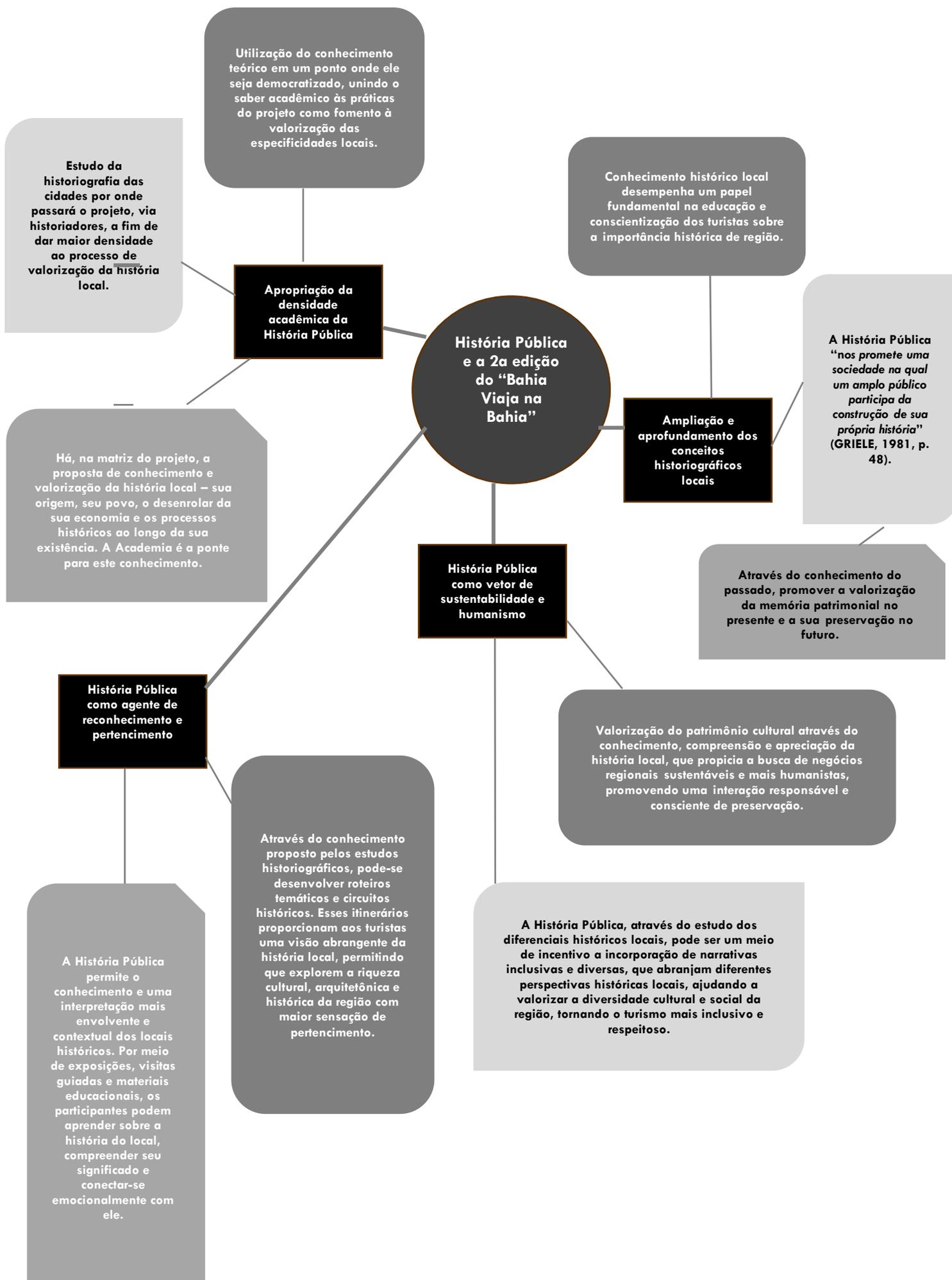
Como vimos, há uma infinidade de atuações para o historiador em um projeto como o “Bahia Viaja na Bahia”, ancoradas na compreensão da História Pública como uma possibilidade de atingir o público. Mesmo que não tenhamos um número relevante de publicações diretamente ligadas a eventos, que possa nos dar uma maior segurança, acredito ter encontrado o processo norteador desta nova etapa do projeto. Nada existe em sua plenitude sem o devido conhecimento histórico.

São muitos os caminhos onde a História Pública pode ser inserida, tanto no sentido teórico como nas aplicações práticas, para tornar a segunda edição do “Bahia Viaja na Bahia” um evento mais sustentável e humanista. O esquema tático<sup>24</sup> apresentado na sequência tem por objetivo mostrar de forma mais clara esta perspectiva.

---

<sup>23</sup> O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública, publicado na Revista Brasileira de História, vol. 39, no 80. 2018

<sup>24</sup> O referido esquema foi elaborado por mim com o intuito de deixar mais claro para o leitor o uso da História Pública em alguns dos processos da segunda edição do projeto.



### 5.1 A História Pública como Vetor de União da História com os *Stakeholder* do “Bahia Viaja Na Bahia”

O projeto “Bahia Viaja na Bahia” tem uma cadeia *Stakeholder*<sup>25</sup> - grupos e indivíduos que, de uma forma ou de outra, apresentam algum nível de interesse nos projetos, atividades e resultados de uma determinada organização - bem complexa, uma vez que abarca vários segmentos e perfis. Atores políticos, como Governador do Estado, agentes das Secretárias estaduais envolvidas no projeto, Prefeitos e Secretários municipais das cidades participantes, representantes de cooperativas municipais e estaduais, artistas contratados, expositores, cidadãos participantes ou espectadores do projeto; enfim, todos os agentes diretos ou indiretos que tenham alguma ingerência e suas respectivas ações. De acordo com o que apontam Marly Monteiro de Carvalho<sup>26</sup> e Roque Rabechini Jr, “os Stakeholders têm vários níveis de responsabilidade e autoridade, que pode variar de uma contribuição ocasional, em *surveys* e grupo focais, até o fornecimento de suporte financeiro e político.” (CARVALHO; RABECHINI JR, 2013). Como se vê, trata-se de um público múltiplo e a História Pública pode desempenhar um papel significativo no diálogo com os *stakeholders* de um projeto como o “Bahia Viaja na Bahia”, pois oferece uma plataforma para envolver ativamente esses atores-chave na construção de narrativas históricas que afetam diretamente suas comunidades e interesses, fornecendo um espaço para que esses grupos compartilhem suas perspectivas e contribuam para a narrativa histórica da cidade. Através de entrevistas, depoimentos e projetos colaborativos, os *stakeholders* participam ativamente na criação de uma história compartilhada com reconhecimento das suas contribuições e experiências. Isso gera um senso de identificação e pertencimento à história da cidade, onde todos se sentem valorizados e parte integrante da herança cultural e histórica, fortalecendo seu compromisso com o projeto.

A História Pública também pode ser elo de promoção de um diálogo intergeracional ao incentivar a interação entre diferentes gerações; isso permite que os *stakeholders* mais jovens entendam e aprendam com as experiências e conhecimentos dos mais velhos. O diálogo entre gerações também fortalece os laços de comunidade e a

---

<sup>25</sup> Identifica-se como *stakeholder* qualquer grupo ou indivíduo que tenha algum envolvimento com a empresa e pode afetar ou ser afetado na obtenção das metas da empresa. Com o surgimento da teoria dos stakeholders, passou-se a dar atenção aos interesses de outros grupos de pessoas, que não fossem apenas os acionistas ou proprietários da empresa (GIBSON, 2000)

<sup>26</sup> Professora titular da Universidade de São Paulo (USP) e chefe do Departamento de Engenharia de Produção. Coordena o Laboratório de Gerenciamento de Projetos (LGP USP), o MBA em Gerenciamento de Projetos (CEGP USP/FCAV) e o grupo de pesquisa QEP- Qualidade e Engenharia de Produto do CNPq.

transmissão de tradições culturais. Outro ponto, provavelmente o mais importante, onde a História Pública tem total sintonia com o “Bahia Viaja na Bahia” é a possibilidade de sensibilizar os *stakeholders* para a importância da promoção de um turismo inclusivo, onde a preservação do patrimônio cultural e histórico da cidade esteja diretamente ligado à promoção de um desenvolvimento sustentável do presente e do futuro, respeitando o passado da cidade e mostrando como as comunidades enfrentaram desafios ambientais, econômicos e sociais, alinhando a história com os objetivos de desenvolvimento.

Por fim, a História Pública oferece uma plataforma dinâmica para o diálogo e a colaboração com os *stakeholders* de um projeto como o “Bahia Viaja na Bahia”. Ela promove a inclusão, o reconhecimento e o envolvimento ativo desses atores-chave na construção de narrativas históricas que informam e inspiram o desenvolvimento da cidade. Através desse diálogo, os *stakeholders* se tornam aliados na preservação do patrimônio cultural, na promoção do desenvolvimento sustentável e na construção de uma comunidade mais empoderada e humanista.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho representa uma busca contínua por conexões significativas entre duas áreas distintas ao longo da minha formação: Comunicação e Marketing, onde obtive experiência prévia, e a atual formação no curso de História. Meu percurso profissional anterior inclui cargos de gestão em empresas de diferentes portes e atuação como consultora de gestão nacional e internacional. Essa jornada de sucesso, no entanto, foi impulsionada por uma crescente inquietude e um desejo de buscar uma atuação com um propósito mais humanista e sustentável. Encontrei na História Pública uma âncora para essa transição; já que este campo da História, que transcende os limites da academia e impacta a sociedade de várias maneiras, revelou-se promissor para explorar a conexão entre a gestão empresarial, o humanismo e a sustentabilidade. Através do meu trabalho de consultoria, em particular, o projeto “Bahia Viaja na Bahia”, encontrei uma grande oportunidade para explorar essa interseção e contribuir para a construção de um projeto mais inclusivo, ético e socialmente responsável.

A jornada que me levou à História não foi um acaso; ela surgiu exatamente dessa necessidade de fundamentar teoricamente minha nova visão de mundo e escolha profissional. Durante meu curso, comecei a questionar como poderia integrar a História à gestão empresarial. Minha trajetória profissional se encontrava cheia de inquietudes e eu buscava abraçar princípios de gestão mais sustentáveis, como os pilares do ESG (*Environmental, Social and Governance*); processos assim também vinham ao encontro da crescente demanda das novas gerações por propósitos de vida e consumo, o que ampliava a minha necessidade de adesão ao humanismo e à sustentabilidade empresarial.

Um dos projetos da minha consultoria, o “Bahia Viaja na Bahia”, que fomenta o turismo de baianos no Estado da Bahia, foi uma ponte para a elaboração deste trabalho. Este projeto não só proporcionou uma oportunidade prática para explorar os conceitos de História Pública e sustentabilidade na gestão, como também abriu caminho para o que acredito ser um novo paradigma no setor da consultoria empresarial, ancorado em novas visões do mundo corporativo, que agora precisa analisar em profundidade novas inquietudes humanas. A interseção de conceitos como o Antropoceno e o Capitaloceno descrevem como as transformações humanas têm impactado o meio ambiente e a economia global. O primeiro evidencia o papel central da atividade humana na transformação do planeta; enquanto o segundo ressalta a relação intrínseca entre o capitalismo e as mudanças ambientais que nos levam a refletir sobre o nosso papel como gestores e conseqüente responsabilidade acerca dos projetos que criamos.

Esses conceitos, embora debatidos na academia, destacam a ligação entre as transformações ambientais e o modelo de produção capitalista, tornando-se incontornáveis na atual agenda global de sustentabilidade. A História Pública, por sua vez, oferece um olhar crítico sobre esses paradigmas, permitindo que sejam compreendidos e contextualizados no âmbito da gestão empresarial. Compreender o passado e seu impacto nas questões ambientais, sociais e econômicas é essencial para os gestores que buscam adotar abordagens baseadas em ciência e historiografia para avaliar riscos e tomar decisões mais sustentáveis.

Este despertar para a necessidade de uma gestão mais sustentável não é recente e tem raízes em eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano em Estocolmo, em 1972, e o "Clube de Roma" com seu relatório "Os Limites do Crescimento." Esses eventos destacaram a relação entre conservação ambiental e desenvolvimento industrial, lançando as bases para o desenvolvimento sustentável. A partir daí, uma série de conferências e acordos internacionais, como a Eco-92, a Rio+20, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris, moldaram a agenda global de sustentabilidade e influenciaram o mundo corporativo. Os desafios atuais, incluindo desigualdade social, racismo estrutural, mudanças climáticas e pandemias, pressionam as empresas a ter um papel mais ativo na solução dessas questões.

A História Pública desempenha um papel crucial na construção de uma narrativa sólida e duradoura para o projeto "Bahia Viaja na Bahia" e outros projetos similares. Como criadora e coprodutora do projeto, e como futura historiadora, reconheço a importância de explorar o contexto histórico da Bahia, rica em história e cultura, para que os baianos possam desenvolver um olhar crítico sobre seu estado e sua identidade. Além de promover o turismo interno e o conhecimento das riquezas do estado, o projeto "Bahia Viaja na Bahia" é uma oportunidade única para os baianos se reconectarem com sua história e cultura. A Bahia, berço de importantes acontecimentos históricos, oferece uma fonte inesgotável de inspiração para a população e os visitantes. O projeto é, portanto, uma celebração da herança baiana, conectando o passado ao presente e projetando um legado cultural e turístico para o futuro. Este trabalho demonstra, portanto, como a História Pública pode ser uma ferramenta poderosa na promoção de uma gestão mais sustentável e humanista. Através de projetos como "Bahia Viaja na Bahia", é possível ampliar o conhecimento histórico e cultural, incentivando a participação ativa da comunidade e deixando um legado duradouro para as futuras gerações. O desafio está em garantir que a sustentabilidade seja um compromisso real e não uma estratégia de relações

públicas. A gestão empresarial e os projetos futuros precisam abraçar a visão ESG, incorporando de forma genuína princípios ambientais, sociais e de governança. O projeto “Bahia Viaja na Bahia” está bem-posicionado para ser um exemplo nesse caminho, contribuindo para um mundo mais sustentável, ético e inclusivo.

Por fim, a interseção temporal entre a História acadêmica e a História fora da academia, através da História Pública, aliada à transformação da gestão empresarial em uma abordagem mais humanista e sustentável, é um fenômeno que está redefinindo a maneira como a sociedade compreende seu passado e seu presente. Esta convergência está moldando o papel da História na sociedade e demonstra que as empresas podem desempenhar um papel fundamental na promoção de uma compreensão mais profunda, ética e sustentável. Essa interação transcende a mera coexistência e está forjando uma nova trajetória para o futuro, onde Academia e Gestão pública e privada trabalham em conjunto para criar um ambiente mais equitativo e responsável. Assim, a interseção temporal entre essas esferas evoca o potencial de um paradigma humanista e sustentável que transcende os limites tradicionais e aponta para um futuro de maior harmonia e progresso social.

## 7. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. Apresentação. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BAHIA VIAJA NA BAHIA. **Prestação de contas**. Instagram, 2023. Disponível em [https://www.instagram.com/p/Cy39MKtv\\_bSF9I2tDIkj-a9xc5pMOyNNFAPX480/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/p/Cy39MKtv_bSF9I2tDIkj-a9xc5pMOyNNFAPX480/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==). Acesso em: 26 out. 2023.

BENTIVOGLIO, Júlio. Leopold von Ranke. In: MALERBA, Jurandir. **Lições de História** - O caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre: EdiPUCRS e FGV, 2010.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos**. “Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História. Rio de Janeiro, Vol. 07, no. 07, pp. 35-53, Ano 03. set. 2016.

CARVALHO, M. M; RABECHINI Jr, R. **Fundamentos em Gestão de Projetos: Construindo Competências para Gerenciar Projetos**. Editora Atlas, 5. ed, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2019.

COSTA, Adriane Vidal; ALMEIDA Juniele Rabelo; ROCA, Lourdes. História Pública na América Latina: mediações do passado, demandas sociais e tempo presente. PUCRS – Escola de Humanidades. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 1-5, maio-ago. 2021 e-ISSN: 1980-864X | ISSN-L: 0101-4064

CRUZ, Augusto. **Introdução ao ESG: meio ambiente, social e governança corporativa**. São Paulo: Scortecci, 2022. 160 p. ISBN 9786555295504.

DAVISON, Graeme. Paradigms of public history. Australian Historical Studies. In: **Australian Historical Studies**, v. 24, n. 96, p. 4-15, 1991.

ELLIS, E. C. **Anthropocene: a very short introduction**. Oxford University Press, 2018.

FLÓREZ, Jairo A. Melo. Presentacion. Especial Historia pública. **Revista Historia 2.0**, Conocimiento histórico em clave digital. Año IV, Número 8, dic 2014, p.71-77.

FRICH, Michel. **A shared authority: essays on the craft and meaning of oral and public history**. Suny series in oral and public history. Editora State Univ of New York. 1990. 273p.

GIBSON, Kevin. The moral basis of stakeholder theory. **Journal of Business Ethics**. Dordrecht, v.26, p.245-257, Aug. 2000.

GIMBEL, John. **The American Occupation of Germany: Politics and the Military, 1945-1949**. Stanford University Press, 1968.

GRELE, Ronald J. **Whose Public? Whose History?** What Is the Goal of a Public Historian? *The Public Historian* 3:1. Inverno de 1981.

HARAWAY, D. J. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene.** Duke University Press, 2016.

KELLEY, Robert. **Public history:** Its origins, nature, and prospects. *The public historian*, p. 16-28, 1978.

KOTLER, Philip. **Confronting Capitalism: Real Solutions for a Troubled Economic System.** Audiobook narrated by Jeff Cummings. Publisher: Brilliance Audio, 2015.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado.** Projeto História. Trad. Lúcia Haddad. São Paulo, (17) nov. 1998.

LOPES, Gustavo Esteves. Presença da História Pública em comunidades locais: políticas culturais e exercício de cidadania no contexto de repertórios de ação coletiva - a experiência recente do centro de memória de hortolândia. In: **X Encontro Regional Sudeste de História Oral – Educação das Sensibilidades: violência, desafios contemporâneos.** Unicamp. Campinas, 2013

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, 2017.

MAUAD, Ana Maria. **Que História Pública Queremos?** São Paulo. São Paulo: Editora Letra e Voz. 2018. 228p.

MEDEIROS, Leandro Casali de Oliveira. **Sala de aula invertida e o ensino de história: um diálogo à luz da História Pública.** Mestrado Profissional em Ensino de História Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: UERJ/CEH-D

MOORE, J. W. **Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital.** Verso, 2015.

MORTON, T. **Humankind: Solidarity with Nonhuman People.** Verso, 2017.

MOTA, Jose Aroudo; GAZONI, Jefferson Lorencini; REGANHAN José Maria; SILVEIRA, Marcelo Teixeira; GÓES, Geraldo Sandoval. **Trajetória Da Governança Ambiental.** Portal Regional e Urbano. Ipea. 2008. [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/081207\\_boletimregional1\\_cap3.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/081207_boletimregional1_cap3.pdf) Acesso em: 05 jun. 2023.

OGASSAWARA Juliana Sayuri; BORGES Viviane Trindade Borges. O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública. **Revista Brasileira de História**, vol. 39, n. 80, 2018, p. 37-59.

OLIVEIRA, Janaína Pereira. **O Futuro Aberto: Jacob Burckhardt, G.W. F. Hegel e o problema da continuidade histórica.** Tese de doutorado. PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, V. G. S. de. Usos do passado: Afonso Costa, o IGHB e a comemoração do bicentenário de Jacobina (Bahia) em 1922. **Sæculum** – Revista de História, [S. l.], v. 26, n. 44, p. 119–133, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n44.54694. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/54694>. Acesso em: 8 set. 2022.

PROHMANN, Ana Carolina Santos. **Um processo de emancipação: conversações entre História Pública, livro didático e professoras**. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - REITORIA, Paranavaí Biblioteca Depositária: Biblioteca da Unespar - Campus de Campo Mourão.

REIS, Tiago Siqueira et al. Organizadores. **História Pública: um desafio democrático aos historiadores**. In: Coleção História do Tempo Presente: volume 2 /. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História Pública: um desafio democrático aos historiadores**. In: Coleção História do Tempo Presente: volume 2 / Tiago Siqueira Reis et al. organizadores. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

RATZEL, F. Ratzel. **Tradução de Antônio Carlos Robert de Moraes**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados - Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil - Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA Jurandir. **Fazendo História Pública**. Vitória: Editora Milfontes, 2021, 214 p.

SOARES, Fagno da Silva. A História Pública no Brasil entre Práticas e Reflexões: a oficina historiográfica de Ricardo Santhiago entre a história oral e a história pública. **Revista Observatório**. Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p569> Acesso em: 06 set. 2022.

VALLADARES, J. **Bêabá na Bahia: guia turístico** [online]. 2nd ed. Salvador: EDUFBA, 2012, 142p. Nordestina collection. ISBN 978-85-232-1164-6. Available from SciELO Books

VEDOVATO, FABIO. **(Com)partilhando memórias de experiências de professores na interface com os Patrimônios Culturais**. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - REITORIA, Paranavaí Biblioteca Depositária: Biblioteca da Unespar - Campus de Campo Mourão.

VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (org.). **Territórios da história**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023.

WEETMAN, Catherine; SERRA, Afonso Celso Cunha. **Economia Circular**: conceitos e estratégias para fazer negócios de forma mais inteligente, sustentável e lucrativa. São Paulo: Autêntica Business, 2019.